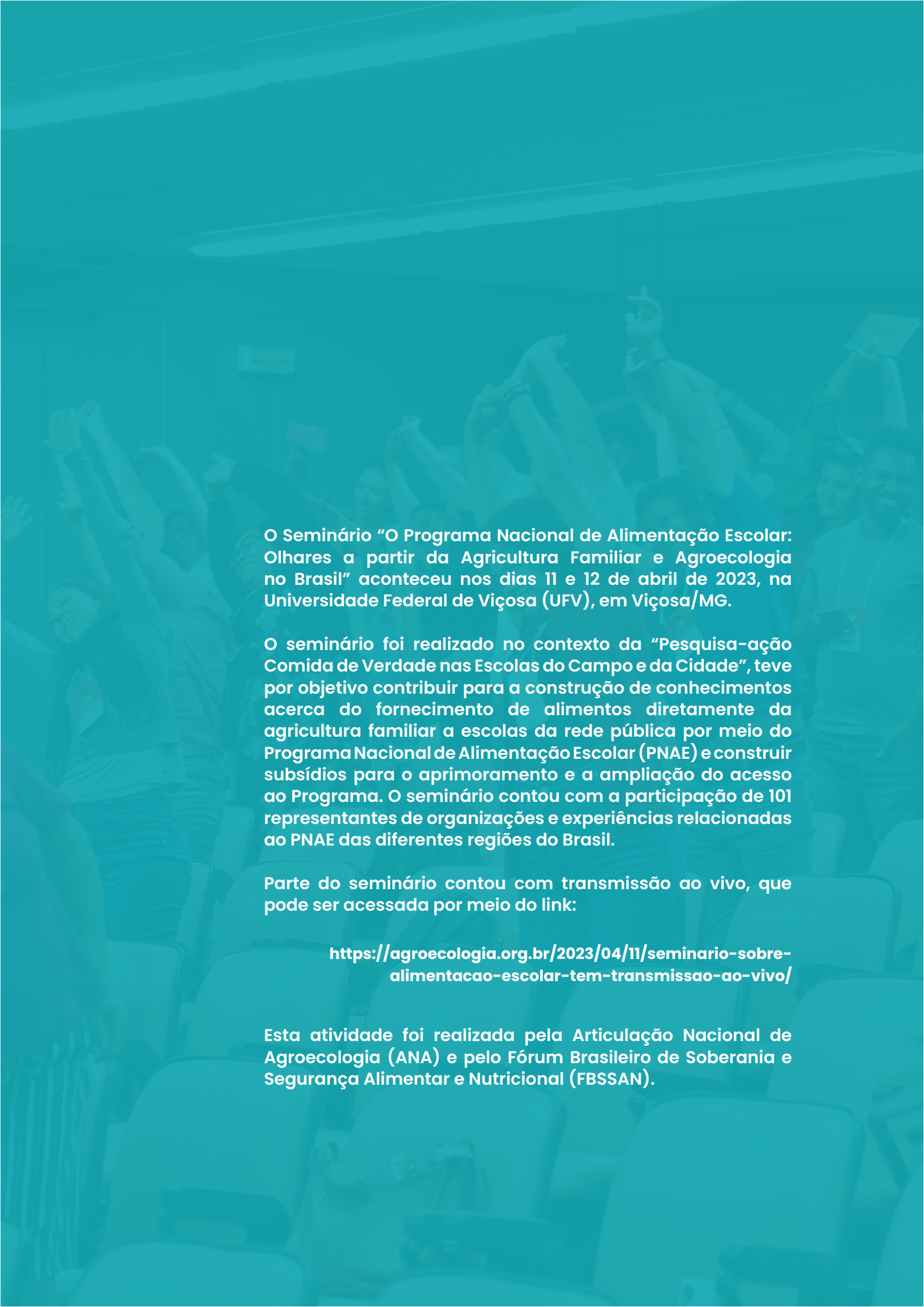




Seminário O Programa Nacional de Alimentação Escolar:

**Olhares a partir da Agricultura
Familiar e Agroecologia no Brasil**

11 e 12 de abril de 2023
Viçosa - MG



O Seminário “O Programa Nacional de Alimentação Escolar: Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil” aconteceu nos dias 11 e 12 de abril de 2023, na Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa/MG.

O seminário foi realizado no contexto da “Pesquisa-ação Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade”, teve por objetivo contribuir para a construção de conhecimentos acerca do fornecimento de alimentos diretamente da agricultura familiar a escolas da rede pública por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e construir subsídios para o aprimoramento e a ampliação do acesso ao Programa. O seminário contou com a participação de 101 representantes de organizações e experiências relacionadas ao PNAE das diferentes regiões do Brasil.

Parte do seminário contou com transmissão ao vivo, que pode ser acessada por meio do link:

<https://agroecologia.org.br/2023/04/11/seminario-sobre-alimentacao-escolar-tem-transmissao-ao-vivo/>

Esta atividade foi realizada pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN).

Registro e Texto:

Luísa Melgaço Ferreira Jorge Marques
Marina Ribeiro Coimbra

Projeto gráfico e diagramação:

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar

Fotos:

Leonne Sá Fortes

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
Rio de Janeiro/RJ

www.agroecologia.org.br



Comida de verdade
nas escolas do
campo e da cidade



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Seminário O Programa Nacional de Alimentação Escolar:

Olhares a partir da Agricultura Familiar e Agroecologia no Brasil

Viçosa, 11 e 12 de abril de 2023
Universidade Federal de Viçosa

Programação

Terça-feira | 11/04

Manhã

6h15 às 8h | Café da Manhã no Restaurante Universitário

08h | Credenciamento

8h30 | Mística de abertura, Apresentação e Acolhimento

9h30 | Mesa de abertura: Apresentação geral da pesquisa-ação e conjuntura atual do PNAE

10h30 | Intervalo “Café da interação”

11h | O PNAE a partir dos olhares dos territórios da pesquisa-ação: Morros (MA), São João das Missões (MG), Paraty (RJ)/Ubatuba (SP) e Remanso (BA)

12h | Debate em plenária

12h30 | Almoço no Restaurante Universitário

Tarde

14h | O PNAE a partir dos olhares dos territórios da pesquisa-ação: Belo Horizonte (MG), São José do Egito (PE), Cuiabá (MT) e São João do Triunfo (PR)

15h | Análise geral dos dados e resultados da pesquisa-ação

15h30 | Trabalho em Grupos

Questões geradoras:

- QUAIS AS INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS/ENTRAVES IDENTIFICAMOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DA PESQUISA-AÇÃO?
- CONSIDERANDO O MOMENTO DE RETOMADA DE POLÍTICAS NO ÂMBITO NACIONAL, QUAIS AS ESTRATÉGIAS/PROPOSTAS PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DE ACESSO AO PNAE?

16h30 | Intervalo “Café da interação”

17h às 17h30 | Apresentação da síntese dos Grupos de trabalho (5 min para cada grupo)

17h30 às 18h | Comentários em plenária + Síntese do dia + Orientações para o segundo dia

19h30 | Jantar no Restaurante Geraes (UFV)

Quarta - feira | 12/04

Vivências em Muriaé (MG)

Manhã

06h | Desjejum e saída para Muriaé

09h | Café da Manhã nas experiências e visitas

Experiências:

Grupo 01:

Experiência de produção de quitandas para o PNAE e de arroz agroecológico

Local: Sítio Vista Alegre em Barão de Monte Alto

Quem nos recebe: Regina, Luiz e João.

Grupo 02:

Experiência com produção agroecológica para o PNAE e prosa sobre o SPG Floriô

Local: Rancho Santo Antônio das Palmeiras em Laranjal

Quem nos recebe: Matheus

Grupo O3:

Visita à COOPAF (Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar Solidária) e prosa sobre a organização da produção e acesso ao PNAE

Local: Muriaé

Quem nos recebe: Adriana

Grupo O4:

Visita à Escola Municipal Ionir Bastos Dias e prosa sobre a importância da agricultura familiar para a alimentação

Local: Muriaé

Quem nos recebe: Leandra e Arlove

11h30 | Deslocamento

12h | Almoço no CEFAS Muriaé (Centro de Formação e Ascensão Social)

Tarde

14h | Socialização em plenária sobre as vivências do dia (5 min para cada grupo)

14h30 | Trabalho em Grupos

Questão geradora:

- COMO COMUNICAMOS OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA-AÇÃO E COMO ATUAMOS ENQUANTO REDE PARA FORTALECER AS EXPERIÊNCIAS E AVANÇAR NO ACESSO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA AO PNAE?

15h | Síntese do Seminário - Perspectivas Futuras

16h | Lanche no CEFAS

17h | Retorno para Viçosa

18h às 21h | Encerramento Cultural na Feira de Economia Solidária e Agricultura Familiar “Quintal Solidário” na UFV (jantar, feira e música)



SUMÁRIO

DIA 01

- 09** MESA DE ABERTURA
- 25** O PNAE PELO OLHAR
DOS TERRITÓRIOS DA PESQUISA-AÇÃO
- 63** TRABALHO EM GRUPOS

DIA 02

- 73** SOCIALIZAÇÃO EM PLENÁRIA
DAS VIVÊNCIAS EM MURIAÉ (MG)
- 84** TRABALHO EM GRUPOS
- 93** AMARRAÇÕES E SÍNTESE DO SEMINÁRIO

11 DE ABRIL DE 2023

TERÇA-FEIRA

O primeiro dia de seminário começou com o café da manhã no Restaurante Universitário da UFV, seguido da realização do credenciamento e distribuição de materiais de apoio no auditório da Biblioteca Central da UFV. Na sequência, foi realizada a mística de abertura, acolhimento e apresentação das/os participantes, contando com a contribuição do artista popular Farinhada.

*Depois de Deus, é a terra o ente que eu mais adoro
Para plantar a semente neste chão de onde eu moro
Ela vai criando vida, se transformando em raiz
Para depois matar a fome do povo do meu país*

Ode à Terra – Rolando Boldrin

Quem chegou para estas Minas Gerais, sejam bem vindas/os! Onde nós vamos, carregamos com a gente a nossa história, uma história de muitas lutas e caminhos percorridos.

Foi realizado um convite para apresentação dos territórios e movimentos¹, trazendo elementos simbólicos, sementes e bandeiras para compor nosso espaço coletivo.

¹Territórios e movimentos convidados que se apresentaram: Morros (Maranhão); Remanso (Bahia); Belo Horizonte (Minas Gerais); São José do Egito (Pernambuco); Cuiabá (Mato Grosso); São João do Triunfo (Paraná); Região da Zona da Mata Mineira; Região Norte de Minas. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Rede ATER Nordeste de Agroecologia, FBSSAN, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Marcha das Margaridas, Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), Sempre Viva Organização Feminista (SOF).



MESA DE ABERTURA

MEDIAÇÃO:

GABRIEL FERNANDES - CENTRO DE TECNOLOGIAS
ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM)

COMPOSIÇÃO DA MESA:

MORGANA MASELLI - SECRETARIA EXECUTIVA DA ANA
BRUNO NERI - UFV
DANIELLE WAGNER - ABA
JULIANA CASEMIRO - FBSSAN
MARIANA SANTARELLI - OBSERVATÓRIO DA
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (OAE)

*Este é o nosso país, esta é a nossa bandeira
É por amor a esta pátria Brasil, que a gente segue em fileira*

Canção: Ordem e progresso. Zé Pinto.

GABRIEL FERNANDES (CTA-ZM):

Estes são dois dias de celebração e encontro dos territórios, celebrando também a retomada dos processos democráticos no Brasil, da participação popular e das nossas políticas públicas. É um marco de um ciclo que se encerra e se renova, de pesquisa-ação sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, ao mesmo tempo que comemoramos a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Destaque ao processo de construção do Pólo Agroecológico da Zona da Mata, que reconhece a história e trajetória de muitas organizações que atuam em defesa da agroecologia, da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais da região. O Pólo Agroecológico faz parte da nossa Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.

Este seminário é um processo coletivo de construção, uma caminhada de muitas organizações e aprendizados.

Registro um agradecimento ao Deputado Federal Patrus Ananias e seu mandato, do Partido dos Trabalhadores, que viabilizou recursos para realização desta atividade.

MORGANA MASELLI (ANA):

Agradecer a presença de todas/os que vieram de diferentes regiões do país. Este é um momento de encerramento do ciclo da Pesquisa-ação Comida de Verdade nas Escolas do Campo e da Cidade, que a ANA desenvolveu, desde 2019, junto com o FBSSAN.

Quando pensamos este seminário – que estava previsto para acontecer em 2019 – e o projeto da pesquisa-ação, estávamos motivadas pela realização IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que aconteceu em Belo Horizonte/MG, e por toda a efervescência política dos debates que estavam acontecendo naquele momento. Vivíamos um contexto de impossibilidade de diálogo com o governo federal.

Temos um entendimento do PNAE como uma política estratégica para o fortalecimento da soberania e segurança alimentar e nutricional, para o fomento das cadeias produtivas da agricultura familiar e da produção agroecológica e para a possibilidade de diálogo com governos estaduais e municipais.

Vamos ver ao longo do dia de hoje (11 de abril de 2023) a apresentação das experiências da pesquisa-ação. Foram muitos desafios enfrentados desde 2019, fomos atravessadas/os pela pandemia, o que levou a mudanças metodológicas na pesquisa, e todos os impactos que esse momento desencadeou. Poder chegar neste ano que conseguimos eleger Lula e ter a possibilidade de diálogo com o Governo Federal sobre o PNAE, é muito emocionante e importante.

BRUNO NERI (UFV):

Agradecimento pela realização deste importante momento. Destaque para a relevância do trabalho da ANA, do CTA-ZM e das organizações do campo agroecológico, que viabilizam a realização deste seminário. Agradeço a todas/os por trazerem estas cores lindas e tanta vida para a universidade. Espero que tenhamos dois dias muito produtivos, contribuindo para levar alimentos saudáveis para as nossas crianças, para que a gente possa contribuir para gerações mais saudáveis.

DANIELLE WAGNER (ABA):

Me sinto muito emocionada por reencontrar tantas pessoas aqui e por este momento dedicado a uma temática de tamanha importância. Eu hoje represento a Região Norte na diretoria da ABA, e em nome da Associação e da presidenta Fernanda, agradecemos por este encontro para dialogar sobre uma política tão necessária que é o PNAE. Que a gente possa seguir juntas, trabalhando e na luta por comida de verdade em todos os cantos deste Brasil.



PAINEL SOBRE A PESQUISA-AÇÃO

JULIANA CASEMIRO (FBSSAN):

Esta pesquisa-ação foi pensada em 2019, em um contexto bastante diferente, que era de celebração de 10 anos da lei 11.947 de 2009, que é a lei do PNAE, e também em um momento de desmonte muito grande, pós golpe.

Muitas pessoas estão aqui desde o início desta caminhada, quando construímos objetivos ousados: o primeiro era um objetivo de pesquisa, de analisar como as experiências de aquisição e fornecimento de alimentos da agricultura familiar e agroecológica na alimentação escolar podem fomentar a agroecologia nos territórios, promover processos organizativos e incentivar ações de educação e comunicação – isso pensando o contexto que estávamos vivendo, e quais eram as ações importantes para a articulação entre o debate que estava acontecendo nos territórios e no nível nacional. Identificamos como ação prioritária a promoção de ações em rede, a partir de iniciativas identificadas na pesquisa-ação, visando ampliar e qualificar a inserção dos alimentos da agricultura familiar e da agroecologia na alimentação escolar e fortalecer a capacidade de comunicar os benefícios da agroecologia na promoção da alimentação saudável e na interação entre campo e cidade.

Muita gente que não está aqui hoje também contribui com esta elaboração, pensando as questões dos territórios e nacionalmente.

A comunicação foi, desde o início, fundamental, na perspectiva da comunicação popular, pensada de forma que não se tornasse acessória. Precisávamos pensar toda a pesquisa articulada com a possibilidade de ação. Destaque para a importância dos debates do IV ENA.

Foi estruturante pensar em como as experiências animam esta reflexão. Primeiro, foi importante destacar experiências exitosas da inclusão da agricultura familiar e agroecologia no PNAE. Entendemos que todas as experiências de fornecimento ao PNAE, por menores que sejam, são importantes, porque é um contexto desafiador, mas escolhemos experiências que trouxeram aspectos inovadores para superação de obstáculos em municípios onde o PNAE estava realmente acontecendo com compras da agricultura familiar. Procuramos entender como eram as dinâmicas locais de gestão e organização, os fatores institucionais que viabilizavam o PNAE e como as compras da agricultura familiar no PNAE fortalecem os processos de promoção da agroecologia nos territórios. Além disso, como critérios, destacamos a diversidade das realidades e o grau de relação e proximidade destas organizações como a ANA.

Para o desenvolvimento da pesquisa-ação, seguimos as etapas propostas, com algumas adequações devido ao contexto:

1. Fase exploratória: Levantamos a realidade de compra da agricultura familiar e do funcionamento do PNAE nos territórios.
2. Fase de aprofundamento: Realização do mapeamento de atores, fluxograma de compra e de venda, de acordo com o que foi possível em cada território, considerando o atravessamento do COVID19, inclusive com o fechamento das escolas e a interrupção do PNAE.
3. Fase de ação: Havia uma perspectiva de incidência política - a nível local e nacional - voltada para ações de comunicação e educação nas escolas. No entanto, essa fase se transforma pela urgência de apoiar as ações de aquisição de alimentos da agricultura familiar durante o fechamento das escolas.
4. Fase de avaliação: Fase em que estamos, que marca o fechamento de um ciclo, para que possamos fazer a divulgação de um relatório e subsidiar a incidência política nos espaços de participação que voltam a funcionar a partir de agora.

Durante este processo, uma inovação importante foi a inclusão das experiências no Agroecologia em Rede (AeR), que significou um ganho muito grande. Foram produzidos dois boletins que trazem muito da riqueza deste processo e que já estão disponíveis.

Apresentação da linha do tempo das atividades realizadas ao longo da pesquisa-ação, de encontros presenciais e virtuais. Foram feitas oficinas remotas, em uma rede de articulação e apoio inclusive entre os territórios no momento da COVID19.

Este momento que estamos agora é de muita alegria, retomada de espaços de participação e de retomada das políticas públicas. Assumimos em um grupo menor, do GT de Metodologia da pesquisa, processos de descrição e análises dos dados, mas hoje e amanhã vamos conseguir ouvir e ampliar o nosso olhar coletivo. Procuramos registrar as questões dos territórios, para ter um olhar coletivo, mas também da riqueza das especificidades dos territórios.

O que aprendemos com o PNAE? Como a atuação em rede e incentivo a agroecologia nas compras do PNAE nos inspira a pensar em outras políticas públicas? O que aprendemos com a execução do PNAE, quais foram os desafios das experiências, como foi o processo de organização e de incidência? Como estes aprendizados apontam para uma agenda nesta retomada?

A pesquisa-ação não acaba. O relatório final está quase pronto, com considerações preliminares, que serão ampliadas nesses dois dias, mas a luta para fortalecer as políticas de agroecologia, de segurança alimentar e nutricional e do próprio PNAE, agora se renovam. A ideia de garantir comida de verdade nas escolas do campo e da cidade segue nos iluminando.



MARIANA SANTARELLI (OAE):

Vivemos um momento longo de interrupção das possibilidades de encontro, estar aqui hoje é uma grande alegria. Precisamos voltar a ser propositivos, este é um desafio que está posto. Um reaprendizado de algo que os movimentos e as organizações sociais do nosso campo sabem fazer muito bem.

Falo a partir do Observatório da Alimentação Escolar, que é uma rede de organizações e movimentos engajados na defesa da alimentação escolar, com atuação política e coletiva. O Observatório

tem no seu núcleo executivo o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e a FIAN Brasil, além disso temos um grupo consultivo ampliado, do qual fazem parte 18 organizações e movimentos, dentre os quais a ANA e a Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar.

O Observatório nasce no contexto da pandemia, a partir da preocupação sobre o que aconteceria com o programa naquele momento. Fizemos um trabalho de incidência, acompanhamos casos como o de Remanso, para entender o que estava acontecendo lá durante a pandemia com a interrupção das compras da agricultura familiar. Entendemos isso como uma situação de violação do direito humano à alimentação. Além disso, tivemos atuação no Congresso Nacional, com uma ação concentrada, sobretudo, na campanha permanente pelo aumento dos valores per capita do PNAE. Desde 2010 os valores de referência não eram ajustados segundo índices de preço dos alimentos, havia uma grande defasagem. Começamos uma campanha que durou mais de um ano e no final do ano passado tivemos um resultado positivo, com um aumento de 34% nos valores per capita. Sabemos que isso é muito importante, porque com pouco recurso, concentra-se o consumo de alimentos não perecíveis, o que pode levar a uma redução das compras da agricultura familiar.

Estamos trabalhando com a ampliação da voz do que entendemos ser os sujeitos de direito do programa, que são os estudantes. Fizemos uma campanha que se chamou *Conta para a gente, estudante*, quando ouvimos 900 estudantes da rede pública de ensino. Dos alunos entrevistados (em setembro de 2021), 68% disseram que todos os dias eram oferecidos nas suas escolas pratos de comida e 78% consideravam a quantidade suficiente, 87% consideravam a alimentação saudável. Ficou evidenciada uma percepção de que, com todas as fragilidades e especificidades, a alimentação oferecida nas escolas públicas é de qualidade.

Fizemos também uma recente pesquisa nas escolas da região metropolitana da Grande Rio (RJ) que mostrou que, para 57% dos estudantes destas escolas, a alimentação escolar é a principal refeição do dia. Quando comparamos as respostas de estudantes brancos e negros, verificamos que a alimentação escolar é ainda mais relevante para quem possivelmente tem o maior déficit alimentar em casa.

Fizemos também um *Conta para a gente, agricultores*, quando ouvimos 407 agricultoras/es neste contexto da pandemia (novembro de 2021). Nesta pesquisa, 21% de agricultoras/es que historicamente forneciam para o PNAE ainda não tinham voltado a fornecer.

É importante destacar que não temos mais dados do FNDE, os dados mais recentes que mostram o percentual de compra da agricultura familiar são de 2018. Existe um apagão de fornecimento de dados que impacta na possibilidade de acompanhamento da execução



do programa. Não sabemos como tem evoluído as compras da agricultura familiar.

Sentimos uma tendência de concentração das compras em cooperativas de maior porte e uma tendência de exclusão de grupos informais, mulheres e agricultoras/es menos estruturados. Além disso, há uma dificuldade de executar o previsto na lei, sobre a prioridade de compra de assentadas/os da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. Sabemos também que sem uma ATER permanente e qualificada, o acesso desses grupos ao programa fica muito dificultado.

Referências de um resgate histórico sobre como vivemos a perspectiva do fornecimento para o PNAE: i) linha do tempo elaborada pelo O joio e o trigo; e ii) tese da Wanessa Schottz.

O PNAE é um programa muito antigo, que nasce como um programa de ajuda humanitária internacional, no contexto da guerra fria. Nesta conjuntura, os Estados Unidos faziam doação de alimentos do que era o “resto” da sua safra, como forma de conquistar aliados, dar destinação a este excedente da safra e introduzir alimentos industrializados que estavam produzindo, como leite em pó, farinhas lácteas, entre outros.

No Brasil, ao longo dos anos, estamos reconstruindo estas bases do programa e existem marcos importantes deste processo, como a Constituição Federal de 1988 (quando a alimentação escolar começa a ser municipalizada, quando também começa o processo de universalização da alimentação escolar e de descentralização das compras). Outro marco muito importante foi a lei do PNAE que instituiu a obrigação de compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar, com prioridade para assentados da reforma agrária, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

É preciso chamar atenção de que estamos falando de um mercado bilionário: o PNAE tem um orçamento, atualmente, de mais de

5 bilhões de reais para compra de alimentos. Deste, mais de 1,5 bilhões devem ser comprados da agricultura familiar. Com este cenário, temos uma grande disputa dos agentes de mercado em relação a estes orçamentos – citamos aqui os orçamentos federais e ainda precisam ser considerados os orçamentos dos estados e municípios.

Do conjunto de ameaças que identificamos, uma luta importante em que estamos no Congresso Nacional é em relação à tentativa de criar reservas de mercados das compras da agricultura familiar para determinados alimentos. Houve um projeto de lei de um deputado bolsonarista que, tentando beneficiar a sua base, criou uma reserva de mercado onde ele pretendia destinar 40% dos 30% das compras da agricultura familiar para compra de leite. Como este projeto, existem outros para a carne de porco, para o café e, inclusive, para alimentos agroecológicos. A posição do Observatório é que não devem haver reservas de mercado de nenhum tipo.

Outra ameaça identificada se relaciona ao fato de que durante a pandemia houve a utilização do recurso do PNAE (de estados e municípios) para transferências por cartão bancário. No caso do orçamento federal, há uma regulamentação da utilização do recurso, mas no caso dos estados e municípios, há uma flexibilidade na definição de como vai se operacionalizar essa utilização. As empresas de cartão – que trabalham com ticket alimentação – foram as que operacionalizam este formato, através de convênio. Foi feito um levantamento das/os alunas/os cadastrados e foram distribuídos cartões com os valores destinados à alimentação, que poderiam ser sacados ou utilizados para compras das famílias nas redes de supermercado.

No caso da prefeitura de São Paulo, por exemplo, foi feito um convênio com a ALELO e para operacionalização do recurso no período da pandemia, por meio do cartão, a empresa faturou cerca de 100 milhões de reais em prestação de serviços. Esta situação causou uma grande preocupação de que as exceções do período de pandemia virassem um novo modelo para o programa.

Uma questão fundamental é a necessidade de acesso às informações do FNDE, para que possamos entender o que está acontecendo com as compras públicas da agricultura familiar. A lei do PNAE tem um bom desenho, com uma ótima proposta, mas também uma enorme diferença entre o que está regulamentado e o que acontece na ponta.

Do ponto de vista dos povos e comunidades tradicionais e indígenas, temos uma organização muito importante que é a Catrapovos. Esta é uma rede que começou no Amazonas, como Catrapoã, a partir de uma visita do Ministério Público Federal (MPF) aos povos Yanomami, identificando a situação de fome vivida, ao mesmo tempo que identificou um conjunto de alimentos produzidos que poderiam ser incorporados ao programa. Foi feito um conjunto de denúncias e notificações e percebeu-se as dificuldades de compra destes alimentos pelas políticas públicas vigentes.

Uma das grandes dificuldades é em relação ao acesso ao Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que substitui a DAP. Existem problemas de diversas ordens, como o acesso ao sistema operativo, novos critérios, novas exigências complexas que foram criadas e nos casos específicos dos povos indígenas, têm ainda mais complexidades, que tem relação com um racismo estrutural – como exigir a emissão de uma declaração pela FUNAI, que certifica que estes indígenas são agricultores.

Uma novidade interessante que a Catrapovos conseguiu trazer é a nota técnica do MPF que, no caso de povos indígenas e comunidades tradicionais, reconhece a alimentação escolar como autoconsumo. Ao fazer isso, ela permite a dispensa de registro em inspeção sanitária dos alimentos produzidos por estes povos, para fornecimento ao PNAE, dentro de uma mesma aldeia – exemplos destes alimentos que se enquadram: farinha, peixe salgado, polpa de açaí.

O que está colocado como desafio neste momento, para esta pauta do PNAE:

Novos espaços formais de participação se abriram a nível federal, está em vias de publicação um decreto que reinstitui o Comitê Gestor do PNAE e Grupo Consultivo ligado a este Comitê, composto por organizações e movimentos sociais, como a ANA, o FBSSAN, a FIAN, CONTAG entre outros. Este grupo está voltado, sobretudo, para as compras públicas, este vai ser um espaço importante de diálogo e incidência política. Além disso, tem a volta do CONSEA Nacional e da CNAPO.

Agendas estratégicas neste momento para um exercício propositivo:

Reajuste anual permanente dos valores praticados para as compras do PNAE: já houve um reajuste, mas ainda temos defasagem em termos reais. Além disso, a nossa intenção é colocar na Lei do PNAE um dispositivo de reajuste anual permanente, com base em um indexador – como o IPCA, por exemplo. Isso faria com que não fosse preciso travar uma luta no Congresso Nacional anualmente, para incidir no orçamento.

Nos termos dos municípios e estados, a luta seria para que estas instâncias façam o mesmo feito pelo governo federal, reajustando o orçamento do programa.

Entender qual a pauta queremos levar para o governo sobre as compras públicas: precisamos sistematizar informações, demandas de ATER, entre outras. Existe também um acordo de cooperação entre o FNDE, o MDS, o MDA, o Ministério da Saúde e outros, para regulamentação da alimentação saudável no ambiente escolar. Já existe um decreto sendo pensado, que incorpora atividades de educação alimentar e nutricional, por exemplo.

GABRIEL FERNANDES (CTA-ZM):

Esta foi uma importante contextualização sobre a pesquisa e sobre as questões que temos pela frente. Além disso, para entendermos como o processo da alimentação escolar foi desafiado pelo golpe, pela pandemia, pelo governo de extrema direita e por todas as forças que se movimentam contra e que tentam se apropriar deste processo. Mas também nos atualizamos sobre os processos de organização e resistência da sociedade civil que se constituíram ou se fortaleceram.

Importante que a gente saia, após estes dois dias de seminário, sintonizados para as ações nos territórios e coletivamente, para fazer os enfrentamentos necessários.

BETH CARDOSO (REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR - MDA, CONVIDADA PARA UMA FALA):

Algo que percebemos desde a transição de governo é que a agroecologia muda de patamar neste novo cenário. A produção de alimentos saudáveis foi o grande mote da criação do MDA. As políticas ligadas à agricultura familiar, à produção de alimentos saudáveis, à alimentação escolar têm um rompimento desde 2016 e no final do ano passado, no governo de transição, a alimentação saudável e a fome são o mote para recriar este ministério. O espaço de diálogo e construção destas políticas é o MDA e ele volta com este papel de tirar o Brasil do mapa da fome.

O Governo Lula tem pressa em reverter esse quadro de fome. Ficamos estes 100 dias iniciais do governo trabalhando muito para a recriação das políticas. Há ainda disputas internas, especialmente em relação às forças do agronegócio, que ainda não aceitam a recriação do MDA.

Dentro desta entrega dos 100 dias do governo, cinco ministros assinaram o acordo do PNAE, fortalecendo este programa, é intenção deste governo e destes ministérios tirar o Brasil do mapa da fome. Este é um momento importante da sociedade civil retomar este debate e este diálogo, com o aceno do governo. Consigo ver hoje o governo como parceiro nesta luta pela alimentação escolar. Este acordo busca fortalecer os 30% da alimentação escolar, mas nossa meta é atingir 100% ou chegar próximo disso ao final destes 4 anos.

Reconhecemos o quanto é melhor que as escolas comprem comida produzida no seu território, pensando o cardápio junto com os hábitos alimentares regionalizados, com a possibilidade de adaptar

os cardápios, dialogar com as nutricionistas, com as escolas e com a comunidade escolar.

O Plano Safra deste ano vai sair mais cedo, com previsão para maio, estamos fazendo este fechamento e é importante que a sociedade civil se posicione e apresente propostas para o Plano Safra. Já recebemos algumas propostas, mas é importante que os movimentos aqui representados enviem suas propostas.

Importante que a gente saia, após estes dois dias de seminário, sintonizados para as ações nos territórios e coletivamente, para fazer os enfrentamentos necessários.

GABRIEL FERNANDES (CTA-ZM):

É importante fazer estes informes do governo, que segue sendo um campo em disputa, para que possamos o apoiar de forma crítica.





DEBATE EM PLENÁRIA

COOPERAR (COOPERATIVA DO AMAZONAS):

Trabalhamos com comunidades tradicionais, em uma reserva legal dentro de uma unidade de conservação, e dialogamos direto com o ICMBio. Hoje temos quatro escolas na região, que atendem aproximadamente 450 crianças, e a alimentação escolar é constituída de muitos processados. O município responsável legal por esta unidade de conservação está muito distante desta área, estamos junto com o Catrapoa, tentando reformular a participação dos agentes e produtores locais na merenda escolar, temos muita dificuldade nas questões de documentação das/os agricultores.

Como podemos, sendo agente local e extensionista, inserir e encurtar o acesso de produtoras/es locais ao PNAE? O alimento da alimentação escolar hoje vem de longe, sendo que temos alimentos produzidos no local que não conseguem ser escoados.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF) E ARTICULAÇÃO PAULISTA DE AGROECOLOGIA (APA):

1. Como as comunidades podem acessar a Catrapovos?
2. Sobre a CAF, participamos de uma live do MDA e conversamos com a representante do MDA no estado de São Paulo. As instituições que estamos representando para castrar na ANATER, segundo informações do site, para se cadastrar na rede CAF, a organização não pode estar cadastrada para fazer ATER. Tivemos uma resposta na live de que estas coisas não estariam relacionadas, mas oficialmente está escrito que não poderia.
3. Uma última questão mais ampla diz respeito aos produtos agroecológicos: podemos construir uma política em que se diferencia os produtos agroecológicos dos produtos orgânicos e convencionais, para que inclusive as escolas possam fazer suas escolhas.

LINDOMAR, MATO GROSSO:

Uma preocupação que temos neste avanço das atividades é a questão da CAF. As atividades da agricultura familiar no estado já sofreram uma fredda na transição destes instrumentos (DAP > CAF). Tentamos fazer a CAF no sistema, ela está sendo vista como um bloqueio, que vem mais para fiscalização e exclusão dos agricultores do jeito que está montada no sistema. Existem algumas coisas que podem travar o acesso às políticas públicas e uma delas é a CAF.

RESPOSTAS

BETH CARDOSO (MDA):

Este tema CAF é um problema muito sério, especialmente se ele está dificultando o acesso às políticas públicas da agricultura familiar. O CAF começou a ser pensado antes do governo Bolsonaro, a partir de uma percepção de que a DAP já não estava sendo adequada, e foi entregue neste governo que antecedeu a Lula. O CAF não estava funcionando, porque ele estava ligado a vários outros sistemas,

causando uma grande lentidão. Este tem sido, a toda semana, um tema de discussão no Ministério.

Este sistema está sendo ajustado e está funcionando diferente, desvinculado desses outros sistemas. Em 25 dias, mais de 40 mil CAFs foram emitidos, mas ainda tem impedimentos em relação à documentos. Foi conformado um grupo de trabalho, com participação de movimentos, que buscam simplificar o máximo possível este funcionamento.

Foram identificadas situações como o exemplo das quebradeiras de coco, que precisam inserir documentações da terra onde realizam suas atividades. No entanto, sabemos que isso não é uma possibilidade, dada a dinâmica destas atividades.

Temos uma diretoria do CAF no MDA, onde estão ajustando o Cadastro para melhor funcionamento, e atualmente temos um diretor que tem experiência com tecnologia da informação. Sabemos que o CAF é fundamental para que agricultoras e agricultores acessem as políticas. Emergencialmente o Ministério estendeu o prazo de validade da DAP por um ano, para que as pessoas tenham tempo e condições de migração. Pretendemos que o CAF esteja funcionando antes deste um ano, dado que ele já está funcionando com mais rapidez. Porém, nos casos de DAP vencida, não foi possível reativá-las. Estamos fazendo modificações através das portarias, para que todo mundo possa ser incluído neste cadastro. Uma das discussões que estamos fazendo é a possibilidade de separar o acesso ao PRONAF do acesso às demais políticas.



MARIANA SANTARELLI (OAE):

Sobre Catrapovos é uma grande rede de colaboração de agentes públicos e sociedade civil, para fazer funcionar o PNAE. Tem uma combinação de atuação que é feita desde a atribuição de quem está no judiciário (atuando para que sejam cumpridos os 30%, para que façam chamadas públicas para indígenas e outras demandas), e participam também da Catrapovos as secretarias de agricultura, os CECANEs e as organizações não governamentais.

Desta experiência que nasce no Norte do Brasil, fez-se um esforço de ampliação para todo o país, mobilizando a Rede Catrapovos. Estamos vendo que as Catrapovos estaduais estão tomando formas e atuações específicas, aqui em Minas Gerais, por exemplo, tem uma grande mobilização de movimentos acontecendo. Cabe às organizações dos territórios buscarem as Catrapovos estaduais, passando a fazer parte formalmente desta articulação.

GABRIEL FERNANDES (CTA-ZM):

A Rede Catrapovos foi lançada em Minas Gerais há cerca de um mês.

INTERVALO E CAFÉ DA INTERAÇÃO



O PNAE PELO OLHAR DOS TERRITÓRIOS DA PESQUISA-AÇÃO

FORAM 9 TERRITÓRIOS QUE FIZERAM PARTE DA PESQUISA-AÇÃO. APENAS UM DELES, UBATUBA E PARATY, NÃO PUDERAM ESTAR PRESENTES NO SEMINÁRIO. TEREMOS A APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS 08 TERRITÓRIOS AQUI PRESENTES.



REMANSO, BAHIA

FRANZÉ, SASOP - SERVIÇO DE ASSESSORIA A ORGANIZAÇÕES POPULARES RURAIS:

O SASOP é o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais, temos como missão promover a agroecologia como modo de vida dos povos da Caatinga e da Mata Atlântica na Bahia. Atualmente estamos organizados em Camamu, no Baixo Sul da Bahia e em Remanso, onde temos um programa de desenvolvimento local e convivência com o semiárido. Nossa organização se dá a partir de eixos estratégicos de atuação, sendo estes: produção agroecológica, beneficiamento e comercialização, fortalecimento organizativo, recursos hídricos, mulheres, jovens e educação contextualizada.

Em relação às ações de circuitos curtos de comercialização e segurança alimentar e nutricional destacamos o apoio à participação de agricultoras/es nas feiras agroecológicas - no momento da pesquisa-ação esta estratégia ainda não estava fortalecida. Na estratégia do PNAE, nós atuamos em três municípios atualmente, sendo que no momento da pesquisa-ação esta atuação acontecia apenas em Remanso e depois foi ampliada para três municípios. A pesquisa-ação nos mobilizou para avançar nestes demais municípios, fortalecendo cerca de 150 famílias de forma direta e indireta, sendo 90% desse público mulheres.

Sobre os impactos observados da pesquisa-ação, destacamos a maior visibilidade do PNAE e do SASOP como organização mobilizadora e o território acolheu esta estratégia como prioridade, assim como o protagonismo das mulheres. Houve também uma maior sensibilização dos parceiros envolvidos, especialmente a partir das visitas que se configuraram como momento de formação e sensibilização sobre o PNAE. A luta que sempre aconteceu, inicialmente com a questão do peixe, ampliou-se para outros produtos importantes da região que deveriam entrar na alimentação escolar.

A experiência da pesquisa-ação tem o município de Remanso como território de atuação. Estamos no semiárido baiano - Sertão do São Francisco, que tem características muito particulares, como uma precipitação anual média de 500 a 900 milímetros, que implica na necessidade de estratégias de convivência com o semiárido. Este município tem em torno de 41 mil habitantes.

O PNAE em Remanso se inicia logo que a lei foi criada. Em 2009 já iniciamos a identificação dos produtos que poderiam ser inseridos

e em 2010 temos a primeira experiência de inclusão dos agricultores no programa. Neste momento, um dos principais produtos incorporados foi o peixe em conserva, que já estava inserido nas escolas do município pelo PAA e com o PNAE esse produto ganhou volume e periodicidade. Nesta oportunidade outros produtos do roçado foram inseridos nas compras do PNAE.

Em 2015 começamos a nos articular melhor entendendo esta estratégia como importante para o semiárido. Ampliamos a comercialização do peixe em conserva para o filé, produto da pesca artesanal que ganha força e espaço. Além disso, outro público que se insere é o dos horticultores urbanos.

*Nunca foi uma entrada fácil no PNAE,
este é um espaço de disputa.*

O volume grande de recursos destinados ao programa era sempre destinado aos grandes produtores da região. Percebemos que existem grandes entraves, para fazer a gente desistir. Criamos neste momento uma comissão de monitoramento da execução dos 30% de compra da agricultura familiar. Neste momento queríamos apenas que os 30% fossem garantidos.



Como resultados da pesquisa, destacamos:

O fomento à agroecologia no território, o aumento do volume e da diversidade de produtos agroecológicos e orgânicos no PNAE. Temos o destaque da comercialização dos peixes e, no ano passado, conseguimos inserir a carne de caprino e ovino, que é a principal atividade para nós - a criação de pequenos animais.

Aproveitando o potencial produtivo deste grupo, aconteceu também o incentivo às feiras agroecológicas, que vem como estratégia ao pensar alternativas ao período de férias escolares, por exemplo. A feira acontecia mensalmente e agora ela é semanal, com a oferta de diversos produtos.

A formação e qualificação organizativa dos grupos, mesmo que de caráter informal. Adequação das unidades de beneficiamento e comercialização, que atualmente alcança outra realidade como, por exemplo, os grupos de pescado e o beneficiamento de frutas.

Ações de educação contextualizada e comunicação: exemplo cartilha produzida e distribuída no seminário.

Ações de incidência política para assegurar a compra da alimentação escolar durante e depois da pandemia. O grupo de monitoramento do PNAE se encontrou e discutiu com mais frequência neste momento de pandemia. Articulação com vereadores que apoiam a causa, o CAE foi mobilizado para termos momentos de diálogo com o poder público.

Sobre as dificuldades e desafios que ainda permanecem, destacamos a estrutura física das escolas, que não tem espaço e estrutura para recebimento dos alimentos. Isso cria uma complexidade do abate dos animais semanalmente, para entrega, tornando a logística mais complexa, uma vez que não há como armazenar em congelador os produtos. Além do desmonte das políticas públicas que ainda estamos tentando reverter este cenário.



ELIETE CUNHA, PESCADORA DE REMANSO:

O PNAE para nós pescadoras foi uma benção, porque nós pescadoras nos assumimos como pescadoras. Antes eu não me assumia como pescadora, eu era mulher de pescador.

Então, com a chegada do PNAE e do PAA, nós tivemos a oportunidade de nos reconhecer e colocar o peixe na merenda escolar. E foi uma luta muito grande, porque tivemos resistência das diretoras, das merendeiras, que diziam que o peixe fedía. Nós tivemos, por muitas vezes, entrar para dentro da cantina das escolas e ensinar as merendeiras a fazer o peixe da melhor forma. E dessa forma, elas foram aceitando nosso pescado dentro da escola. Nossa luta foi grande, está sendo grande, mas nós estamos conseguindo, na resistência mesmo. E desde a lei, nós só deixamos dois anos sem colocar produtos, que foi na pandemia. Mas estamos juntas para conseguir. Este ano já estamos colocando de novo e, graças a Deus, está dando certo.

MORROS, MARANHÃO

CIDVANIA ANDRADE, ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ:

O Tijupá é uma organização não governamental, que tem como missão defender a agroecologia como modo de vida. É uma missão constituída pelos associados e associadas da organização e trabalhamos para que ela seja garantida, para que os modos de vida das comunidades e populações tradicionais sejam respeitados e mantidos.

Existe um projeto desenvolvimentista que não dialoga e colabora para a manutenção destes modos de vida e quem está na Amazônia sente muito isso nestes últimos tempos. Estamos enfrentando severas mudanças climáticas que estão afetando a todas nós, no campo e na cidade. Precisamos de modelos de produção e desenvolvimento que dialoguem conosco e respeitem o modo de vida das comunidades e populações tradicionais, que é quem alimenta a cidade, quem alimenta o campo e quem produz todo esse bem estar para todos nós, ligado à natureza.

Hoje mesmo estamos com vários municípios em situação de calamidade por conta das enchentes, são mais de cinco mil famílias desabrigadas. Isso é reflexo de condições climáticas e também da falta de investimentos em infraestrutura adequada. É um conjunto de fatores que afetam a todos nós.

Enquanto assessoria, o trabalho com agroecologia nesta região e, especificamente, no município de Morros - que é relativamente próximo à capital, ao norte do estado - encontra com sérias questões estruturais. Morros se localiza no território no Baixo Munin e é pioneiro na estratégia de implementação da lei do PNAE, sobre a aquisição dos produtos da agricultura familiar. Essa condição se relaciona a uma forte pressão exercida pelas mulheres do território, que são protagonistas neste processo.



Esta trajetória do PNAE é também a trajetória das mulheres no processo de fortalecimento da agroecologia no território.

A produção marginalizada pelo poder público, que é a produção da agricultura familiar e que se fortalece com essas práticas de comercialização, é uma produção das mulheres, que está ao redor de casa, que são sistemas produtivos manejados pelas mulheres.

Fizemos um levantamento dos principais alimentos que fazem parte da dieta alimentar da população local – da cidade ou da comunidade – e estes eram invisibilizados, assim como o trabalho das mulheres. O PNAE joga luz sobre isso, assim como fortalece formas sustentáveis de produção de alimentos.

Em 2011, quando se faz a primeira chamada pública do PNAE no município, foi importante ter uma ATER que possibilitou o acesso à informação sobre o programa, com estratégia de mobilização e articulação para efetivar as compras. Não havia interesse do poder público em lançar chamada no município, alegando que não haveria produção. Então se fez um processo de articulação junto com as organizações locais, que organizou e apresentou uma lista da produção local para a prefeitura. Isso acontece em articulação com a formação de um circuito de feiras agroecológicas, mostrando para o poder público e para a sociedade a produção que existia no território. Foi fundamental mobilizar a população para esta luta, em defesa da política pública.

Este processo começou em 2011, com um grupo de 5 a 8 mulheres, que se colocaram para enfrentar esse desafio. Com todos os aprendizados, o processo vem se constituindo e se fortalecendo a cada ano, enfrentando diversos desafios, como as trocas de gestão e suas implicações. Naquele momento foram feitos processos de capacitação e mobilização das merendeiras, além de uma inovação que foi a realização de um Seminário Anual de Avaliação e Acompanhamento do PNAE.

Sobre a pesquisa-ação iniciada em 2019, foram feitas algumas ações junto com o Levante Popular da Amazônia e com a Caravana de Direitos Humanos, buscando dar visibilidade para esta construção. Também foi feito um processo de capacitação das merendeiras, entre outras ações.

Quando ocorreu a suspensão das aulas decorrente da pandemia de COVID-19, o edital de compra do PNAE já havia sido lançado e o diálogo com a ANA possibilitou a articulação para a distribuição de cestas e kits alimentares. Mesmo com a dificuldade de comunicação por telefone e internet, especialmente no período de chuvas, conseguimos manter a entrega dos alimentos quinzenalmente e a prefeitura coletava os alimentos na comunidade para distribuição. A distribuição dos alimentos não pôde ser acompanhada e, infelizmente, há relatos de problemas neste processo. Diversas outras ações foram realizadas, como lives e processos de formação. Este processo de construção contou com cerca de 80% de agricultoras/es da reforma agrária, sendo 68% mulheres.

MARIA LÉIA BORGES, ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ:

Sou agricultora familiar, presidente da Associação Agroecológica Tijupá e coordenadora da Feira Agroecológica do Baixo Munin – nós somos 08 coordenadoras no município.

Tivemos grandes desafios na compra de merenda escolar e hoje sabemos que ainda vamos enfrentar muitos desafios por esta comida de verdade nas escolas do campo e da cidade. Às vezes tínhamos o produto, mas não tínhamos mercado para oferecer o produto.

Travamos um grande briga com o poder público, que alegava que não havia produção nos municípios, e então fizemos feiras regionais para mostrar nossa produção. Começamos com poucas mulheres e fomos brigar por nossos direitos, trazendo mais mulheres para ocupar também estes espaços. Começamos a feira e mostramos que nossos produtos garantem sim essa alimentação de verdade nas escolas. As mulheres lutaram muito por este espaço e garantiram a produção, junto com os companheiros.

Ainda temos o gargalo com o poder público, mas aprendemos como conduzir a política e de 2018 a 2020 tivemos um percentual bom de compra e de aceitação da Secretaria de Educação do Município. Fizemos seminários, reunimos os feirantes – mulheres, jovens, idosos,

e está dando certo, com muita luta. No entanto, quando se troca a gestão, a situação complica. Ano passado, por exemplo, tivemos que cancelar uma chamada pública.

Temos atualmente 3 associações, mas estamos enfrentando dificuldades para emitir as notas, por exemplo. Outro entrave que temos na comunidade é que professores e merendeiras muitas vezes não querem preparar e servir a comida, deixando estragar. Às vezes vamos lá para ensinar e precisamos que as famílias ajudem no processo de aceitação das crianças com os alimentos regionais. Nossa região é muito rica em mangaba, em acerola, abacate e tantas outras frutas, mas as famílias não têm costume de comer.



*Abraçamos a agroecologia como forma de vida e de
saúde para todas as pessoas!*

Para a gente aprimorar e mostrar para o povo que devemos fazer uma política sincera e com muita garantia para que as crianças não adoecem, a gente chama para o Seminário de Avaliação do PNAE a comunidade e o poder público, para compartilhamento das principais questões e desafios. Há um processo de escuta, as nutricionistas sempre estão com a gente e elas amam quando

fazem com a gente o processamento dos alimentos.

Temos muitos agricultores no município que conhecem esta política e nós vamos para a briga mesmo. Em 2018 chegamos a 53% de compra da agricultura familiar e nesta atual gestão estamos em disputa, porque já entregamos a proposta e ainda não tivemos resposta. Brigamos e não podemos parar, porque isso garante que nós mulheres teremos a nossa própria renda e assim mostramos para os homens que nós temos potencial e que temos que ser valorizadas.

Essas mãos que fazem a merenda das escolas, fazem com todo cuidado do mundo!

Hoje a prefeitura está comprando 37% dos alimentos da agricultura familiar e eles garantiram que iam chegar a 60%. Mesmo tendo uma queda do percentual de compra, a gente não vai desistir.



SÃO JOÃO DO TRIUNFO, PARANÁ

LUIZA DAMIGO, AS-PTA:

A AS-PTA atua em três locais distintos: no Pólo da Borborema (Paraíba), no Rio de Janeiro e no centro-sul do Paraná e Planalto Norte Catarinense. A experiência de São João do Triunfo, no Paraná, tem como um dos focos a conservação de sementes crioulas e da agrobiodiversidade.

São João do Triunfo tem um contexto interessante, este foi o único município da região onde o ex-presidente não ganhou e é um dos maiores produtores de tabaco do Brasil. As políticas públicas como PAA e PNAE são fundamentais para discussão da transição ecológica justa, sobre diversificação da produção das unidades de tabaco, entre outras coisas. É um município pequeno, de aproximadamente 30 mil habitantes e a maioria vive na zona rural do município.

Sobre a Lei do PNAE, a prefeitura aprovou a Lei que institui o programa municipal e que institui o mínimo de 30%, podendo chegar a 100% do fornecimento de alimentos agroecológicos.

O Estado do Paraná tem um programa estadual que aporta diversas contribuições como, por exemplo, a formação de grupos de gêneros alimentícios. Isso facilita que outras organizações e cooperativas menores acessem essas políticas públicas.

Hoje o sindicato dos trabalhadores rurais de São João do Triunfo é presidido por uma chapa muito feminina e isso é importante para abrir caminho e dialogar com os gestores. A gestão do município sempre foi muito favorável a política, com uma nutricionista muito importante para a execução política, com a formulação dos cardápios considerando a cultura alimentar do lugar. Temos, por exemplo, a inserção dos derivados de milho crioulo na merenda escolar e com ampliação do atendimento para outros editais, como o de fornecimento para o exército. O diálogo com a gestão, neste momento, é positivo na organização com as escolas e famílias agricultoras.

EDELAINE ANTUNES:

Tivemos um processo longo para criar a cooperativa, que começou com um conjunto de reuniões com as famílias buscando certificar as propriedades, para depois pensarmos em comercializar. Neste processo muitas famílias desistiram, lidamos com muita burocracia,

até que conseguimos certificar as propriedades e criar a cooperativa. Contamos com a contribuição de uma companheira que nos ajudou neste processo e com a cooperativa conseguimos comercializar para as escolas, creches e hospitais. No começo estava dando certo, até que veio a COVID-19, quando fecharam as escolas e surgiram as cestas quinzenais entregues para as famílias das crianças. Os agricultores levavam os alimentos para a cooperativa, que eram depois destinados para as escolas, onde as famílias buscavam as cestas. Vivemos um momento tenebroso com o último governo, mas agora estamos conseguindo reconstruir o país.

DÉBORA OLÍMPIO,
CONSULTORA DA PESQUISA-AÇÃO NO MUNICÍPIO:

Não seria possível pensar a pesquisa-ação sem pensar o estado do Paraná, porque a cooperativa também faz o atendimento para as escolas estaduais.

O avanço que o município São João do Triunfo teve está relacionado ao fato de que a compra não acontece apenas com o dinheiro do FNDE, mas também com recursos da prefeitura a partir de 2019. Em 2021, 2022 e 2023 a prefeitura se comprometeu a dobrar o recurso do FNDE. Em 2022 foram 234 mil reais e em 2023 a chamada alcançou 600 mil reais, com a entrada de outros itens para compra no edital. Além disso, a compra alcança 70% de alimentos da agricultura familiar agroecológica do território. No estado temos uma quebra, porque a compra só é feita com recurso do FNDE, que em 2022 foi de 88 mil reais.

O Paraná tem uma proposta de lei para que até 2030 a alimentação do estado chegue a 100% orgânica. Com isso vem os desafios: se o estado não complementa o recurso, como vamos chegar a 100% da alimentação orgânica? Além disso, existe um programa de terceirização do estado, que inclui a logística e contratação de profissionais das escolas.

Temos uma parceria com a nutricionista do estado, que esteve junto na composição dos gêneros alimentícios das chamadas – que facilita a comercialização pelas cooperativas, no entanto temos o entrave da complementação dos recursos estaduais.

Pensando na pesquisa-ação no território, destacamos a realização de oficinas com as merendeiras, a entrega das cestas que foram

montadas e distribuídas no período da pandemia garantindo a venda das/os agricultoras/es e o acesso das famílias a esta alimentação. No caso das cestas das escolas do estado, estas eram mensais, e nas escolas municipais eram quinzenais. O estado optou pela cesta básica, com grãos tradicionais.

*A pesquisa-ação é contínua e segue com
desdobramentos no território!*



DEBATE EM PLENÁRIA

VERONICA, TERRITÓRIO SUL DE SERGIPE:

Estávamos com a política adormecida no nosso município e em 2021 fizemos um processo de mobilização com as agricultoras, com os agricultores, com as comunidades quilombolas e assentamentos no município para criar processos de interesse e de informação sobre como acessar o PNAE. Para este processo de mobilização, nos inspiramos nos vídeos de Morros, no Maranhão.

Neste território temos cinco comunidades quilombolas, de pescadoras e pescadores, mas ainda não conseguimos incluir pescados, nem nenhum outro alimento de origem animal – temos galinha, ovo, pescado entre outros, no PNAE.

Recentemente tivemos a experiência do município vizinho, que conseguiu inserir camarão e alguns produtores conseguem escoar para este outro município.

Em 2021 conseguimos um bom resultado no PNAE e conseguimos trabalhar com as cestas. Foi o ano que mais vendeu da agricultura familiar. Em 2022 tivemos uma queda e neste ano de 2023 já estamos entregando os primeiros pedidos. Ainda não conseguimos avançar dos 30%, mas estamos garantindo esse acesso e buscando ampliar.

Como experiências, vocês nos inspiram!

Neste processo de mobilização para o PNAE precisamos muito do apoio das merendeiras e das nutricionistas.

CIDVANIA ANDRADE, ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA TIJUPÁ:

É muito desafiador fazer este acompanhamento, é uma luta incansável e cotidiana – tanto de extensão rural, como também de interlocução com o poder público. Houveram avanços nas políticas do município, mas também houveram retrocessos com a mudança de gestão.

O Seminário de Avaliação do PNAE e a criação de uma comissão de organizações da sociedade civil para acompanhar o PNAE tem feito um papel que o CAE não está fazendo. A gestão pública tenta desarticular e desmobilizar estes processos autônomos de organização e participação política e é preciso ressaltar que as mulheres estão fazendo maior incidência nas articulações locais. Esta disputa só não é maior pela sobrecarga de trabalho que acontece com as mulheres.

Duas destas experiências do protagonismo das mulheres estão registradas no Agroecologia em Rede.

ELIETE CUNHA, PESCADORA DE REMANSO:

Nós, pescadoras, tivemos uma grande resistência de colocar o pescado na alimentação. Mas tivemos a consciência dos nossos filhos dentro de casa. Tem uma história, que a minha filha não gosta de peixe, e quando começamos a entregar o pescado na escola, ela sabia que alguns alunos não gostam de peixe também. Ela chegava perto dos alunos e dizia: "Gente, coma! Isso é produzido pela minha mãe, isso é bom!". E quando algum aluno dizia não gostar e não comia, ela comia o deles. Esse incentivo e valorização da nossa produção começa dentro de casa, incentivando e dizendo que é saudável.



JULIO, COMUNIDADE QUILOMBOLA BUIEIÉ E REDE DE SABERES DOS POVOS QUILOMBOLAS DA ZONA DA MATA:

A Rede Sapoqui reúne as comunidades busca trabalhar o acesso às políticas públicas.

Estamos na luta na Zona da Mata, para que as comunidades quilombolas tenham seu direito garantido e que possam produzir alimentos de verdade, sem veneno. A nossa grande dificuldade atualmente é o entrave burocrático da certificação/declaração da Fundação Palmares. Temos um mapeamento de mais de 130 quilombos, mas certificados são apenas 33. Queremos ir aos territórios para falar sobre agroecologia e direitos, mas ainda temos que discutir ancestralidade, identidade, pertencimento e afirmação. As poucas comunidades que conseguiram avançar e são referências também estão enfrentando dificuldades por conta dessa mudança da DAP para a CAF. Levamos isso para ser discutido no Catrapovos. Embora a legislação garanta a prioridade para povos quilombolas, a gente não avança.

Temos uma grande dificuldade na relação com a EMATER, onde os extensionistas não conhecem e não dialogam com a nossa realidade.

Discutimos recentemente a necessidade de a gente ocupar as escolas, trazer a cultura alimentar para as escolas. Só temos duas escolas referência nesta entrega pelo PNAE.

ADILSON:

Qual foi o caminho percorrido e quais são os próximos passos para a legislação do Paraná?

LUIZA DAMIGO, AS-PTA:

Tivemos um caminho inverso: primeiro houve a criação da cooperativa para atendimento do PNAE, com diálogo com a prefeitura. O prefeito se mantém até hoje e teve um interesse em fortalecer o atendimento ao PNAE por uma lei municipal. A lei foi criada em diálogo com diferentes organizações da sociedade civil, sindicatos, cooperativas, entidades de assessoria e universidades, e essa lei dialoga muito com a Lei do PNAE de 2009. No entanto, a nossa lei cita a possibilidade das compras chegarem em 100%, hoje sabemos que está em aproximadamente 70%. Precisamos continuar acompanhando e incidindo que a execução de 100% seja feita.

*Já posso respirar e voltar a plantar
A terra renascendo, brotando sem parar
É Agroecologia e agricultura familiar
Com organização e resistência popular*

*Cadê o arroz e o feijão? (Plantou e colheu)
E o milho de São João? (Plantou e colheu)
E a agrofloresta como tá? (Plantou e colheu)
Transgênico e veneno desapareceu*

ADRIANA, COOPAF:

Sobre as experiências que serão visitadas em Muriaé, dentro da programação do seminário:

Luiz e Regina: é uma família de agricultores familiares, que produz o arroz agroecológico - arroz negro, arroz vermelho e arroz integral. Parte desse arroz é entregue para a alimentação escolar. Além disso, tem a experiência da Regina com a panificação, que também faz entrega para a alimentação escolar.

Mateus: produtor agroecológico, que está no SPG e produz banana, abóbora, limão e outros alimentos no sistema agroflorestal. Estes alimentos são fornecidos para a merenda escolar.

Escola Municipal em Muriaé: boa relação e experiência entre a escola, a prefeitura e a cooperativa.

COOPAF: onde vamos mostrar um pouco do trabalho que estamos fazendo. A partir de 2015 começamos a trabalhar o PNAE na cooperativa e tem dado bons resultados.

Depois das visitas vamos fazer um almoço agroecológico.



BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS

**DIANA NASCIMENTO, NUTRICIONISTA, PRESIDENTE DO
COMUSAN-BH E PESQUISADORA DO GRUPO AUÊ! UFMG:**

Belo Horizonte tem um histórico de políticas públicas voltadas para segurança alimentar e nutricional reconhecidas internacionalmente, com políticas anteriores ao PNAE, que garantem o mínimo de segurança alimentar e nutricional para os habitantes.

De forma resumida, tivemos em 2019 o processo da pesquisa-ação em Belo Horizonte, em 2021 o Agroecologia nos Municípios e, mais recentemente, a constituição de um Grupo de Trabalho.

A pesquisa-ação acontece ainda no contexto das eleições de 2018 e do IV Encontro Nacional de Agroecologia em 2019, que aconteceu em Belo Horizonte. Na pesquisa-ação foram priorizados quatro eixos, sendo eles: fomento da agricultura familiar e da agroecologia; dinamização dos processos organizativos - SPG da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Central de Abastecimento da Agricultura Familiar (CAFA) e Rede Sisal; educação e comunicação. Neste trabalho contamos com o apoio da EMATER-MG, da Articulação Nacional de Agroecologia, dialogamos com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte (SUSAN-PBH), além de dialogarmos com os conselhos (COMUSAN e CAE) e com vários outros parceiros do território.

Desafios levantados no âmbito da pesquisa-ação:

Dificuldade dos empreendimentos da agricultura familiar de garantir a oferta/quantidade de alimentos determinada pela prefeitura;

Pouca diversidade e disponibilidade de produtos processados da agricultura familiar e dificuldade de cumprimento das normas para certificação sanitária destes produtos;

A baixa capacidade da agricultura familiar de garantir a logística de entrega nos diferentes pontos de Belo Horizonte – são mais de 500 pontos de entrega na cidade;

Descompasso do tempo de lançamento da chamada pública, que dificulta a organização da agricultura familiar e desconsideração da sazonalidade;

Preços pouco atrativos para a agricultura familiar;

Ausência de um espaço permanente de diálogo entre prefeitura e organizações da agricultura familiar.

Questões que foram levantadas no processo da pesquisa-ação:

Comitê Gestor de Compras Institucionais da Agricultura Familiar e Urbana, vinculado à SUSAN-PBH;

Melhor distribuição dos pontos de entrega dos alimentos;

Editais de compra de alimentos de hortas comunitárias próximas às escolas com recursos dos caixas escolares.

Com o atravessamento da pandemia e a interrupção de aulas presenciais, a prefeitura iniciou a entrega de cestas básicas para alunos das escolas, interrompendo a compra da agricultura familiar. Foi feito um convênio com uma rede de supermercados para aquisição destas cestas. Houve a proposta de cestas verdes com

hortaliças e frutas através do caixa escolar, mas não foi possível avançar nesse ponto. Belo Horizonte investe muito na alimentação escolar, mas não conseguiu fazer a compra da agricultura familiar durante a pandemia.

No momento de retorno das aulas ocorreu a interrupção da distribuição das cestas básicas, mas no COMUSAN entendemos que ainda vivíamos um momento de forte insegurança alimentar da população e conseguimos o auxílio emergencial de Belo Horizonte, para auxiliar na compra de alimentos.

Das questões levantadas para aprofundamento e prosseguimento do diálogo no território, destacamos os desafios para inserção dos alimentos da agricultura familiar agroecológica nas escolas do município e as ações que poderiam ser implementadas para superar esses desafios.

Em 2021 e 2022, com 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil, a gente para e pensa: como a gente vai fazer isso no nosso município? Como a gente vai tirar essas pessoas dessa situação, que estão em insegurança alimentar e nutricional durante uma pandemia?

Considerando o PNAE como promotor de segurança alimentar e nutricional, o processo do Agroecologia nos Municípios dá sequência às questões da pesquisa-ação em Belo Horizonte. Temos a contratação de um consultor que, em Minas Gerais, trabalhou experiências e processos de incidência em Viçosa e Belo Horizonte. O diálogo sobre o PNAE em Belo Horizonte é entendido como prioridade neste momento pelas organizações do território e também pela Articulação Mineira de Agroecologia, considerando a dimensão deste processo, o potencial de irradiação regional das propostas e o caminho já percorrido.

Foi organizada uma ação para incidência política no PNAE, envolvendo também os demais municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O processo do Agroecologia nos Municípios impulsiona a criação de um grupo operativo constituído por: Grupo AUÊ! - Estudos em Agricultura Urbana da UFMG, Rede de Intercâmbio, Cáritas e Articulação Mineira de Agroecologia. O foco do trabalho foi as compras do PNAE e elaboramos um plano de incidência com o foco

nas compras da agricultura familiar pelo Programa. Belo Horizonte tem um número muito alto de alunas/os e, conseqüentemente, um valor também alto de transferência de recursos.

Através do plano de incidência elaborado, destacamos os principais desafios e propostas de melhoria das chamadas públicas do município, que viabilizassem a compra de alimentos da agricultura familiar.

Além do levantamento das informações sobre valor e percentual de compra da agricultura familiar no PNAE em Belo Horizonte, que foi realizado pelo consultor do Agroecologia nos Municípios, o Grupo AUÊ! fez este levantamento de informações para os demais 33 municípios que compõem a Região Metropolitana. Neste levantamento foi possível perceber que a maior parte dos municípios não alcançava, nos últimos anos, o valor mínimo de 30% e que era preciso um envolvimento e incidência regional em relação às compras da PNAE. Acreditamos ser importante dar visibilidade à informação de quais municípios estão conseguindo implementar essa lei de forma efetiva na região e como acontece essa execução.

No Plano de Incidência elaborado coletivamente, nós trabalhamos os produtos a serem ofertados, a regionalização das entregas, a sazonalidade dos produtos, a formação de preço, a produção agroecológica e orgânica, a produção e a comercialização da agricultura urbana e metropolitana.

Este Plano foi apresentado à SUSAN-PBH em 2022, fizemos uma discussão no COMUSAN-BH com gestores da política, e então criamos o Grupo de Trabalho Agroecologia no Município composto por COMUSAN-BH, Rede de Intercâmbio, Grupo AUÊ! UFMG, CONCENTRA – Cooperativa Camponesa Central de Minas Gerais, UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, COOPERANA e Associação Horizontes Agroecológicos para dialogar sobre como seria a próxima chamada pública do PNAE de Belo Horizonte. Nos debruçamos sobre os produtos que seriam comprados, quando e onde seriam realizadas as entregas, entre outros pontos.

Fizemos um levantamento de 11 produtos de hortifruti, 10 produtos secos, 2 biscoitos – de nata e de polvilho e 3 produtos de carnes. Além disso, alcançamos um número de 30 produtos para entrega do PAA, destinados aos restaurantes populares. Este ano tivemos o lançamento de 4 editais de chamada pública para agricultura familiar, organizados por grupos de produtos e com ajustes nos

locais de entrega e outras questões que facilitam o acesso de agricultoras/es familiares.

A partir deste GT, foi criada uma Comissão Especial Permanente, vinculada ao Comitê Gestor de Compras da Agricultura Urbana e Familiar, para que este diálogo entre a prefeitura, as cooperativas e as organizações seja constante. Neste grupo, pretende-se também continuar trabalhando a pauta da agricultura urbana, especialmente com a possibilidade do caixa escolar.

Em 2022, já percebemos desdobramentos da pesquisa-ação e do Agroecologia nos Municípios, com aumento no percentual de compra da agricultura familiar, alcançando cerca de 25%, mas ainda precisamos alcançar, no mínimo, 30%.

Por fim, realizamos recentemente o 1º Encontro Metropolitano do PNAE, de forma virtual. Para este Encontro foram convidados os 34 municípios da RMBH e realizamos um diálogo com São Joaquim de Bicas e Brumadinho – municípios que nos últimos anos executaram mais de 30% da sua compra do PNAE da agricultura familiar nos últimos anos – para que pudessem sistematizar e compartilhar as suas experiências, desafios e estratégias. Estas experiências estarão disponíveis na 2ª Edição do Anuário das Agriculturas Metropolitanas.



SÃO JOSÉ DO EGITO, PERNAMBUCO

PEDRO IVO, COMUNIDADE SANTO E REPRESENTANTE DA
ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES E MELIPONICULTORES ORGÂNICOS
DO ALTO PAJEÚ (APOMEL);

ADILSON, ONG DIACONIA:

A Diaconia tem atuação em 6 estados e 55 anos de existência. Somos parceiros da APOMEL, uma associação de São José do Egito, que foi estimulada a partir da pesquisa-ação.

O território do Pajeú tem 17 municípios, uma população aproximada de 330 mil habitantes e é conhecido pelo rio e pela poesia. Em 2009 todos estes municípios fizeram uma grande mobilização para conhecer a lei e se mobilizarem para o PNAE.



O PNAE, o PAA e os outros programas governamentais são complementares às estratégias de comercialização dos agricultores, que precisam de canais mais frequentes – como, por exemplo, as feiras agroecológicas que eles já realizam. Estes programas fortalecem e complementam estas outras modalidades de comercialização.

Em 2007 os grupos começaram a estimular a apicultura, que passou a ser em 2008 uma instituição jurídica formalizada;

Em 2009 começamos o debate sobre como acessar o PNAE;

Em 2009 e 2010 conseguimos a primeira DAP jurídica do território.

Em 2010 realizamos o primeiro projeto de venda para o PNAE;

Em 2011 se constituiu uma grande adesão do território ao Programa.

Realizamos vários momentos de diálogo com o poder público, uma vez que os agricultores tinham muitas dúvidas sobre o processo, além de seminários e encontros formativos. No primeiro edital haviam 28 produtos e participaram 39 agricultores. Percebemos uma grande diferença entre o que se licita e o que de fato se compra. O grande desafio da agricultura familiar que percebemos é a questão da legislação sanitária.

Entre 2010 e 2020 foram comercializados 27 produtos para o município. Em 2020 houve um problema na relação com o governo, houveram mudanças na gestão, que acarretaram dificuldades no acesso dos agricultores ao programa.

Esta política é um direito dos agricultores e não um favor!

Tentamos várias formas de solucionar os problemas apresentados, realizando reuniões com gestores para sensibilização sobre a importância da produção familiar.

Tentamos fazer um encontro onde cozinhamos nossos alimentos e fizemos uma grande mesa, apresentando os produtos que temos. Há uma diversidade de produção, só precisa ter vontade política para implementar a política.

A gente tem que conquistar todos os dias a importância do programa para os agricultores e as agricultoras familiares.

Fizemos uma audiência pública no município, onde todos os vereadores ficaram sensibilizados com a importância do programa, e acreditamos que surtiu efeito, visto que em março foi lançado um edital de 771 mil reais. No entanto, este edital não foi devidamente divulgado e a chamada venceu sem que ninguém soubesse. Há indicação de um novo edital a ser lançado este semestre.

No município, enfrentamos dificuldades, mas começamos a monitorar as informações do território. Ano após ano esta compra está acontecendo, alguns municípios usaram a estratégia das cestas, marmitas, e outras.

No âmbito estadual, temos um grande desafio, porque o estado sempre fechou as portas. Inclusive Pernambuco usou cartão alimentação no período da pandemia para todo o recurso do PNAE, não havendo compra da agricultura familiar. Temos feito articulação junto ao CAE, tentando mudar esta realidade estadual, que dificulta o nosso acesso lançando editais muito grandes e com os mesmos produtos para todo o estado.

A partir da ANA e do Agroecologia nos Municípios, estamos fortalecendo a articulação no território, especialmente por meio da Política Municipal de Agroecologia e uma mobilização para construir uma política regional, junto com outras organizações.

A pesquisa-ação estimulou a gente a pensar mais macro, contribuindo com o acesso à informação, estimulou que a APOMEL sistematizasse a sua história e ajudou sua organização enquanto associação.

Como a gente mantém esse diálogo para o futuro? Como facilitar essa corrente de informação?



MATO GROSSO

LINDOMAR ALVES:

O Mato Grosso é um estado em que os municípios são distantes um do outro. A pesquisa focou em organizações que já se dedicam ao desafio do PNAE: a Associação Regional dos Produtores Agroecológicos (ARPA) e Centro de Tecnologia Alternativa (CTA).

Temos a formação de uma rede de articulações em torno de comercialização, chamada Rede de Comercialização Caminhos da Agroecologia.

O objetivo da pesquisa no território foi analisar as experiências do PNAE e, a partir disso, buscar os elos de comunicação e organização do PNAE – organizações, escolas e governo.

O PNAE no Mato Grosso enfrenta um desafio de gestão e logística. Para os municípios de Mirassol D'Oeste e de Pontes e Lacerda foi feita uma sistematização de como é feita essa gestão. Cuiabá tem 74 unidades de ensino, divididas em vários pólos, por exemplo.

Quando iniciamos a pesquisa, o município e o estado estavam a 75 dias de greve e os sistemas produtivos das famílias estavam desmobilizados. Fizemos uma reconstrução a partir da pesquisa-ação, com um processo animador para retorno das entregas.

No município de Mirassol d'Oeste existem 09 unidades de ensino estadual e a ARPA passa a entregar para o exército também. Neste município há um processo de aquisição da agricultura familiar em queda nos anos de 2018 e 2019.

Em Pontes e Lacerda são 07 unidades e, ao longo dos anos, o repasse e a aquisição da agricultura familiar oscilam.

Com a sistematização dos dados foi possível perceber que entre 2011 e 2019 houve uma grande perda expressiva de alunos matriculados na rede estadual. É preciso pesquisar e entender a razão dessa baixa, se isso acontece em razão da evasão escolar ou o que aconteceu. Menos alunos matriculados significam menos recursos destinados ao PNAE. Neste período, mais de 57 mil alunos deixaram de ser matriculados na rede de ensino.

Apontamentos feitos ao longo da pesquisa:

A comunicação do agricultor com a gestão é muito técnica - de comprador e vendedor;

A aquisição só cumpre o processo legal, sem flexibilidade;

A gestão aponta que é um problema do agricultor não entregar produtos de origem animal, pelos processos sanitários demandados;

A escola possui uma falsa autonomia financeira para coordenar o recurso do PNAE, tornando o processo muito burocrático;

O sistema de aquisição coloca a comunidade como participante passivo no processo;

A falta de estudos sobre a alimentação local e regional distancia a agricultura familiar da formação do cardápio das escolas;

Temos a chamada pública do PNAE, mas também o pregão, que acontece de forma paralela e com pouca transparência;

Limitação de logística na entrega dos alimentos.

Como desafios, destaca-se: a formação e qualificação de agentes mobilizadores e a necessidade de consideração de situações de imprevisto, que garantam segurança para a família.



LEONEL:

Esta pesquisa-ação para nós, do Mato Grosso, parte de um processo em que estávamos trabalhando a segurança alimentar articulada com a construção social de mercados, e serviu para que a gente conhecesse melhor o PNAE.

O CTA é referência em uma perspectiva sistêmica - desde a produção até a comercialização - assim como a ARCA. Estas são organizações muito fortes e articuladas e existem hoje mais 15 organizações neste processo de construção social de mercados. O PNAE vem para a gente avançar na geração de renda para estas famílias e focado na premissa de que a economia solidária tem que ser uma economia comunitária ou territorial.

Existe no território um conjunto de mercados construídos: feiras, vendas de cargas fechadas, cooperativa de consumidores, vendas institucionais para além do PNAE (exército e universidades), mercados e pousadas, entre outros.

O PNAE foi uma estratégia de sustentabilidade de uma logística de, aproximadamente, 750 km - entre idas e vindas - entre estas organizações. No ano que antecedeu a pandemia, haviam cerca de 117 contratos destas organizações, e estas mobilizam produtos da rede, se apoiando para cumprir os contratos.

Sempre precisamos manter a atenção para que os produtos dessa rota tenham um comprimento de vida, que precisam ser acessados por toda população e não por um certo grupo privilegiado. Esta rede que está se consolidando surgiu há muitos anos em uma micro-organização no Vale do Guaporé, e muitas outras organizações se somam para comercializar. Houve o ciclo de ganhos, mas também das perdas neste processo, e vivemos o aprendizado doloroso, mas importante, sobre a mão invisível do mercado.

Importância da gente construir socialmente os mercados e estar onde tem mais bocas para alimentar.

A possibilidade de levar os produtos para a capital do estado precisava de uma forma de sustentabilidade e o PNAE apontou este caminho.

SÃO JOÃO DAS MISSÕES, MINAS GERAIS



MIRIAM SOUZA, GERAIZEIRA E EQUIPE DO CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS (CAA):

O CAA é uma organização não governamental, com atuação no Norte de Minas Gerais e presta assessoria para os povos e comunidades tradicionais, inclusive para o território indígena Xakriabá - território que participou da pesquisa-ação.

A pesquisa-ação foi pensada para todo o município de São João das Missões, contemplando escolas estaduais e municipais, com olhar mais estratégico pro território Xakriabá. A pesquisa foi realizada em 10 escolas sede e 35 escolas nucleadas nas aldeias, contemplando 3.500 alunos.

No início deste processo tivemos uma grande dificuldade de diálogo com o município, de trazer nutricionistas e gestores para o diálogo. O próprio município tinha poucas informações sobre o PNAE, sendo necessários buscar estes dados nas próprias escolas.

Durante a pandemia, os diálogos do âmbito da pesquisa-ação seguiram de forma virtual – whatsapp, chamadas telefônicas, entre outras ferramentas. Neste contexto, foi proposto fazer um ciclo de formação, com o município, professores e diretores das escolas.

No entanto, como estratégia de proteção, houve a decisão de fechar o território Xakriabá para que o COVID se mantivesse contido, e isso atrapalhou um pouco a construção da pesquisa.

Algumas estratégias foram traçadas a partir da pesquisa-ação como por exemplo: o coletivo dos agricultores do território, com objetivo de ter um grupo formal para comercialização; a certificação participativa pela OPAC; o incentivo à produção; reuso de águas e tratamento das águas para a produção; adequações das agroindústrias; e aproximação do diálogo com o município.

No momento da pandemia, as escolas municipais ainda não estavam organizadas para distribuir alimentos para as famílias. Algumas iniciativas foram feitas por organizações parceiras, como a distribuição de cestas básicas nos territórios indígenas.

Entre 2010 e 2019, os agricultores indígenas conseguiram entregar para o PNAE cerca de 20 produtos, evidenciando este potencial.

EDNA ALVES - DIRETORA DE ESCOLA INDÍGENA XAKRIABÁ ALDEIA RIACHO DO BREJO:

Sobre o PNAE nas escolas indígenas, a alimentação saudável é fundamental para nossas crianças. Tivemos um grande avanço a partir da pesquisa-ação, percebemos um maior percentual de compra da agricultura familiar, atualmente estamos comprando 30% ou mais destes alimentos. Como desafio, destacamos a secretaria de estado que coloca dificuldade, com vigilância sanitária severa, e que precisamos junto com os agricultores resolver isso.

Como exemplo, temos a galinha caipira e carne de porco, que as crianças comem em casa, mas não conseguimos vender para as escolas, não conseguimos comprar dos próprios pais de alunos e da comunidade. Atualmente no edital das escolas indígenas está bem destacada a prioridade para agricultores locais indígenas.

As 10 escolas indígenas do território fazem as chamadas públicas coletivamente, sentamos com os agricultores, fazemos levantamento dos produtos disponíveis na região e incidimos no edital a partir disso. Um fator importante para este processo é a conformação de um cardápio escolar que dialogue com a realidade da região.

Hoje temos uma associação dos agricultores indígenas e um diálogo muito próximo com eles, que melhora muito o nosso processo de compra. No entanto, não temos um significativo incentivo e apoio do município, a nutricionista não nos ajuda muito na orientação contextualizada de compra.



NICOLAU GONÇALVES - AGRICULTOR DO POVO XAKRIABÁ

O CAA é um grande parceiro no Norte de Minas.

Nós conseguimos, através das políticas públicas, construir uma casa de farinha, um banco de sementes e pontos de extrativismo.

A nossa associação tem em média 400 associados, mas só 10% conseguiram tirar a DAP, e não conseguimos tirar a DAP Jurídica. Mesmo com a determinação de compra dos 30%, as escolas não conseguiam comprar os alimentos da agricultura familiar local e compravam de outros territórios.

Criamos então o Coletivo dos Agricultores Indígenas Xakriabá, que atende a todo o território, mas nem todos têm a DAP. Algumas dessas pessoas às vezes tem outros empregos, impossibilitando o enquadramento. Começamos com 22 agricultores com a DAP e hoje atendemos mais de 100 famílias. Fazemos uma articulação coletiva, inclusive da complementação dos produtos entre agricultores para entrega ao Programa.

Hoje estamos incentivando os jovens agricultores, para se prepararem para esta produção. Buscamos formas de remunerar os jovens, para que eles apoiem também nos processos burocráticos das compras e outras atividades.

A gente quer agradecer. Nós que estamos na ponta, sem compartilhar informações entre as organizações, o vento vai mais a chuva não chega.



ANÁLISE GERAL DOS DADOS E RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO



VANESSA SCHOTTZ - FBSSAN:

É uma emoção chegar neste momento, com este processo que nasce em 2019, depois do IV ENA e depois de passarmos por um desafio grande que foi fazer uma pesquisa-ação – que tem sua metodologia baseada na interação – no contexto de pandemia, sem podermos nos encontrar. Além disso, esse foi também um contexto em que vivenciamos medos, adoecimentos, perdas, mas mesmo assim conseguimos tecer um processo bonito de pesquisa-ação, que vamos adaptando de acordo com a situação. Este lugar da pesquisa-ação, que é um olhar de dentro e coletivo, faz uma grande diferença em todo o processo. Além dos dados, o que a pesquisa produziu de relação nos territórios, de ação política, análise e conhecimento é muito relevante.

Temos um grande volume de dados da pesquisa-ação, com diversos olhares e recortes. Sempre pensamos nos limites e bloqueios de acesso ao Programa, mas temos um sistematização disso em outros lugares, feito por diferentes organizações. A nossa grande preocupação foi como, para além de identificar limites e bloqueios, conseguimos entenderentendemos como estas experiências dos territórios acessaram o programa, quais inovações foram produzidas

nestes territórios e que nos inspiram, sendo capazes de qualificar as políticas públicas e as nossas ações em rede. Conseguimos formar uma grande rede de trocas, aprendizados e inspirações. A alimentação escolar tem um grande poder de mobilização.

Outra preocupação que tivemos foi identificar quais estratégias foram adotadas para superar estes desafios, que podem trazer aprendizados institucionais, sobre as políticas públicas e também sobre a nossa ação. Estamos dedicadas na pesquisa-ação a olhar para estes aprendizados e entender como incorporá-los na nossa caminhada, uma caminhada que é de lutas, mas que também é de conquistas.

Outro ponto importante que percebemos a partir das experiências é que, a partir do PNAE, mobilizamos um conjunto de outras políticas públicas, como as normas sanitárias, a DAP, a ATER, as políticas e programas que estão voltadas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, mulheres, mas também políticas públicas de educação, de saúde, se conformando um espaço complexo de encontros.

Grande parte das experiências que acompanhamos nos territórios começaram a acessar o PNAE nos primeiros anos da lei, entre 2009 e 2011, e passam a acessá-lo de forma contínua. O acesso continuado à política pública e ao PNAE é fundamental. Também existem outras organizações que foram criadas ou foram se fortalecendo a partir destas que já estavam acessando o Programa.

Os dados evidenciam uma ampliação gradual do percentual de compra da agricultura familiar nestes territórios. No entanto, nos anos de 2018 e 2019, ainda antes da pandemia, percebemos uma queda nestes percentuais, que se articula com o contexto que estávamos vivendo. A interpretação que fazemos sobre esta queda em 2019 vem do fato destas serem experiências muito enraizadas na organização e participação social.

Em um cenário intenso de desmonte de políticas públicas, o PNAE resistiu!

Isso mostra a potência e a força que esta política tem na dinâmica local e a importante conquista de mecanismos específicos para compra da agricultura familiar, que é uma inovação no mundo. Além da diretriz da lei que implica a compra de 30% da agricultura familiar, a gente tem um processo de grande participação social. A sociedade esteve dentro do Comitê Consultivo do PNAE e em outros espaços de construção da Política.

Ainda que tenha ocorrido uma queda nas compras em 2019, ela não é tão acentuada. No momento da pandemia, o impacto foi muito forte sobre as organizações. Poucas organizações e municípios continuaram comprando, houveram situações graves de violação ao direito humano à alimentação – como o caso de Remanso, e poucos municípios da pesquisa-ação continuaram o processo de compra. Esta continuidade aconteceu nas situações em que o diálogo entre poder público e as organizações era mais próximo. Mas, via de regra, ocorreram rompimentos ou suspensão de contratos, causando prejuízos enormes a organizações que já tinham passado pela chamada pública e já haviam iniciado as entregas. Esta situação foi agravada por um contexto de aumento da pobreza no país e de praticamente nenhuma política pública voltada para a agricultura familiar neste momento – parte considerável de agricultoras e agricultores familiares não conseguiram sequer acessar o auxílio emergencial.

Ao mesmo tempo, tinham experiências – como a de Morros e de São João do Triunfo – que mostravam que era possível comprar da agricultura familiar neste momento, adotando logísticas possíveis. Percebemos também que houve muita resistência e ação de incidência política das organizações, que no processo de retomada a partir de 2022 é fundamental. Hoje ouvimos atualizações de chamadas públicas dando deserto por falta de diálogo com as organizações sociais e divulgação.

Outro aspecto que percebemos é que o acesso continuado ao PNAE e sem interrupções contribui para o fortalecimento das dinâmicas organizativas da agricultura familiar, ampliando a capacidade de oferta e diversificação produtiva e que isso tem influência em outros programas, como programas de feiras e outros. Este acesso continuado também possibilitou a estruturação destas experiências, de rotas de comercialização, de implementação de agroindústrias, da aquisição de equipamentos e maquinários, e outros.



Como assegurar agora, com a retomada das aulas, que o processo de compra seja agora retomado?

Outro questão que este acesso contínuo ao PNAE mostrou é que isso gera aprendizados de ambos os lados, levando a adequações de acordo com as demandas e desafios – como adequações de embalagens dos alimentos.

As merendeiras das escolas muitas vezes têm relações de trabalho precarizadas, com baixas remunerações e investimentos em formação, são em sua maioria de mulheres negras, e o desenvolvimento de embalagens e o beneficiamento de alimentos, melhoram as condições de trabalho destas profissionais e conquistam uma aliada fundamental para o PNAE nas escolas.

Em médio prazo, à medida que o acesso da agricultura familiar ao PNAE se consolida, percebemos uma mudança no cardápio, que é instrumento fundamental para conexão de compra com a escola, valorizando a biodiversidade e construindo processos de educação alimentar.

Em relação ao acesso das mulheres, percebemos limites e bloqueios ainda mais expressivos do que os existentes para a agricultura familiar. Em muitos casos, o acesso das mulheres tem uma questão anterior que é o não reconhecimento pelo estado de que esta mulher é uma agricultora, uma pescadora, de que ela tem uma produção de alimentos. E neste sentido, existem problemas

anteriores e com muitas outras implicações, como mulheres que não têm acesso a documentos pessoais básicos, por exemplo. Dentro da família existem diferentes sujeitos e o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos das suas práticas passa também pelo acesso delas às políticas públicas. Em várias experiências da pesquisa-ação identificamos estratégias para viabilizar o acesso das mulheres ao PNAE e ao mercado institucional como um todo.

Outro aspecto importante da política é a possibilidade de reconhecer grupos informais, ampliando o acesso da política a um conjunto de pessoas que não teria condições de fazê-lo inicialmente de outra forma. Este é um mecanismo precioso que a política criou, que veio da luta dos movimentos sociais e organizações. Este é um exemplo da possibilidade de adaptação e adequação das chamadas públicas. No caso das mulheres, isso foi fundamental para o primeiro passo no acesso ao PNAE. Percebemos que, em vários territórios, a partir da ação de assessoria de ATER comprometida com a pauta das mulheres, viabilizou-se o processo de formalização destes grupos – antes informais.

Existe uma ferramenta, desenvolvida pelo CTA-ZM, que é a Caderneta Agroecológica, que registra a produção – muitas vezes invisibilizada – das mulheres, mas que é muito diversa, significativa e que pode ser incorporada ao PNAE. A análise das experiências de mulheres na pesquisa-ação também mostrou que o acesso ao PNAE fortaleceu a organização política e econômica das mulheres.

No que se refere à assistência técnica, um processo muito significativo é a importância que as organizações de ATER – especialmente as do campo agroecológico – tem de apoio ao acesso no PNAE. Neste momento que estamos retomando políticas públicas, a retomada da PNATER é fundamental. Percebemos que a atuação das organizações foi fundamental para o trabalho de formação de novos grupos e para melhoria das estratégias adotadas nas associações e cooperativas – como criação de fundo de reserva, aquisição de bens, organização de grupos e divisão do trabalho coletivo.

Outro aspecto que pode inspirar outras experiências foi a luta por garantia da DAP jurídica – que agora é o CAF. Precisamos olhar para este instrumento, porque ele implica prioridade de compra nos editais e observamos ainda a concentração deste mercado em médias e grandes cooperativas.

Em algumas experiências observamos uma estratégia interessante de constituição de organizações de controle social da produção. No

caso destes alimentos agroecológicos, enfrentamos desafios porque o valor de repasse per capita do PNAE não é ideal para viabilizar esta alimentação e os estados e municípios ainda aportam pouco recurso ao Programa. Para que o preço do alimento agroecológico e orgânico seja condizente com o seu valor de mercado, é preciso ter mecanismos dentro da PNAPO para fomentar um valor mais adequado, que estimule estados e municípios a comprarem alimentos agroecológicos e orgânicos.

Um ponto importante é a relação muito próxima entre PAA e PNAE. Quando acontece o desmonte do PAA, há um impacto direto no PNAE. As organizações de agricultores operam a partir desta proximidade entre os programas com, por exemplo, utilização de logísticas comuns de transporte. Com a retomada do PAA, é muito importante pensarmos essa relação em conjunto, assim como o desenho de estratégias diversificadas de comercialização e de abastecimento. Estas são experiências inspiradoras, justamente em um momento em que uma das agendas prioritárias do CONSEA é a construção de uma Política Nacional de Abastecimento.

Sobre a terra Xakriabá, um ponto muito importante é a gestão escolarizada, que pode ser um caminho para o acesso de povos e comunidades tradicionais e de povos indígenas ao PNAE. O exemplo das chamadas coletivas das escolas indígenas é muito potente para esse contexto, esta ação em rede potencializa o processo de compra.

Outra inspiração é o Comitê Gestor de Compras de Belo Horizonte. O desafio de atender a uma metrópole, a uma capital, permanece. Esta formação de um Comitê Gestor de Compras, com participação da sociedade civil, pode ser um caminho para grandes cidades, mas também cidades de médio e pequeno porte.

O rico processo de aprendizagem da execução do programa ao longo dos anos nos ajuda nesse momento de retomada de políticas públicas, pensando em superar os 30%. O conjunto de políticas públicas precisa andar junto com o PNAE. Temos um cenário importante para pensar na nossa incidência, precisamos trazer o que toda essa riqueza produz para a gente enquanto ação em rede. Agora temos espaços importantes para ocupar, como o CONSEA, o Comitê Consultivo, o CBA e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A pesquisa-ação continua!



TRABALHO EM GRUPOS

QUESTÕES GERADORAS PROPOSTAS:

*QUAIS AS INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DOS
DESAFIOS/ENTRAVES IDENTIFICAMOS A PARTIR
DAS EXPERIÊNCIAS DA PESQUISA-AÇÃO?*

*CONSIDERANDO O MOMENTO DE RETOMADA DAS POLÍTICAS
NO ÂMBITO NACIONAL, QUAIS AS ESTRATÉGIAS/PROPOSTAS PARA
ENFRENTAR OS DESAFIOS DE ACESSO AO PNAE?*

APRESENTAÇÃO DA SÍNTESE DOS GRUPOS DE TRABALHO



GRUPO 01

DESAFIOS:

- Valor de repasse para os municípios;
- Incentivo aos produtos agroecológicos;
- Cumprimento das normas;
- Invisibilização das mulheres;
- Diálogo com a gestão pública.

INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS:

Entrega de pescados para as escolas, inclusive camarão;

Chamada conjunta das escolas indígenas;

Mesas de agricultores e pesquisadores, trazendo quem produz, planta e pesca para dentro da universidade;

Realização de eventos com alimentação agroecológica;

Valorizar o circuito curto de comercialização;

Uso de tecnologia para viabilizar processos como, por exemplo, as lives realizadas ao longo da pesquisa-ação;

Catrapovos;

Comitê de Compras;

Motivar os agricultores a participar do programa e garantir o acesso às sementes crioulas;

Cumprimento da lei – apesar do apontamento de que o PNAE precisa de um maior aporte de recursos, temos que garantir uma execução adequada pelo menos do que já está sendo disponibilizado;

Retomada do CONSEA;

Formações dos gestores, das cantineiras e das nutricionistas;

Concursos públicos específicos para estas áreas;

Parcerias com os conselhos – sentimos falta do CAE e de outros conselhos, como conselhos regionais de nutricionistas e o CECANE.

Sobre a definição do que é um produto agroecológico, isso é um grande debate e é importante refletirmos: nós queremos mesmo definir isso? Uma possibilidade é dizer, localmente, o que não é um produto agroecológico.

Uma outra questão diz respeito ao sobrepreço para os produtos agroecológicos: nós queremos isso? Com o dinheiro disponível, não é possível ter este sobrepreço.

Neste sentido, como fazer para atingir os 30% de compra da agricultura familiar, valorizar e reconhecer esta produção? Uma possibilidade é premiar escolas que conseguem atingir os 30% e criar um debate público sobre o tema.

Sobre as merendeiras cozinheiras, precisamos reconhecer que estas profissionais enfrentam dificuldades no trabalho e precisamos pensar como cuidamos disso. Quais são as tecnologias que podem ajudar neste trabalho? Como ampliar a tecnologia neste contexto?

E, por fim, a vigilância sanitária é um gargalo. O Catropovos está nos ensinando uma outra forma de entender esta relação, reconhecendo a produção local como autoconsumo. Como ampliamos esta estratégia para as comunidades camponesas?

Importância de reconhecer as merendeiras como educadoras!





GRUPO 02

INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS:

Realidades diferentes e problemas similares;

Domínio do processo burocrático pelas agricultoras e pelos agricultores;

Reivindicação de profissionais que entendam a realidade dos agricultores;

Realização de um seminário municipal de avaliação do PNAE, como realizado no município de Morros, no Maranhão;

Formação com os jovens, para aprender sobre procedimentos do PNAE e elaboração de projetos;

Educação nutricional das merendeiras, das famílias, das/os estudantes e das/os professores.

PROPOSTAS:

Assistência técnica específica para pesca artesanal;

Legislações diferenciadas para agricultura familiar e descentralizadas, para adequação às realidade locais;

Mudança de produtos para adequar às demandas das escolas e tipos de produtos ofertados;

Exigir do poder público que implemente o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) nos municípios – o selo de inspeção sanitária é um grande entrave para a comercialização da agricultura familiar;

Criação de leis municipais;

Elaboramos projeto de lei que assegura essa política nos municípios, para não ter quebra na transição de gestão, mas este projeto não foi assinado.

GRUPO 03



DESAFIOS:

Necessidade de organização das cooperativas e associações, para acompanhar os programas – entendimento de que uma maior capacidade organizativa e de incidência torna a execução do PNAE mais efetiva;

Mecanismo de acompanhamento de execução da política;

Desproporção de forças com grandes fornecedores;

Burocracia dos processos de certificação sanitária – quais mudanças devem ser feitas de fato nas normas sanitárias?

Resistência a inclusão de alguns produtos.

PNAE é feito pra quem?

INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS:

Destacamos o trabalho de formação e conscientização, principalmente a partir da experiência de Remanso, de fazer junto nas escolas e, a partir das práticas, as pessoas aprenderem que é possível. Precisamos de vontade política, acolhimento da proposta e sensibilização dos sujeitos envolvidos;

Há um destaque também para a inclusão de produtos regionais na alimentação escolar, como os pescados. Fizemos um debate sobre a dificuldade cultural e a dimensão dos sistemas agroalimentares globalizados que definem os comportamentos de consumo.

Como fazer com que os instrumentos de acesso à política pública (DAP e CAF), possam incluir as produções de quintais de comunidades quilombolas ou a produção da agricultura urbana, por exemplo? Como redefinimos estes instrumentos, para ampliar o público a que se destina, garantindo o acesso à política pública?

GRUPO 04



INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS:

Definição de grupos de gêneros alimentícios e editais específicos para compra;

Catrapovos e Mesa Permanente de Diálogos.

Compras pelo caixa escolar como estratégia complementar;

Formação contínua para todos os sujeitos envolvidos – merendeiras, nutricionistas, professoras/es, e outros que fazem parte do processo educativo;

Chamadas específicas para ampliar a diversidade de grupos que acessam o PNAE, como povos e comunidades tradicionais;

Mobilização e cooperação entre as organizações, para atendimento das demandas de alimentos do PNAE;

Espaços de diálogo do poder público com organizações sociais;

Definição do que é agroecologia ou do que não é agroecologia.

PROPOSTAS:

“Reconhecimento do reconhecimento” – muitas vezes a comunidade se reconhece, mas o poder público não o faz. Sobre dar importância ao auto reconhecimento;

Atualização automática dos valores per capita do Programa;

Garantir acesso à internet e às tecnologias, para garantir o acesso à informação e a comunicação sobre as chamadas. Usar a tecnologia como facilitadora do PNAE;

Realizar mutirões de DAP/CAF e revalidar DAPs que estavam inativas, até que a CAF seja reestruturada;

Regular as cozinhas para melhorar o armazenamento dos alimentos, contribuindo também na logística das entregas. Equipar as cozinhas e valorizar estes espaços dentro da unidade escolar.

Valorizar o trabalho das merendeiras nas escolas.





12 DE ABRIL DE 2023 QUARTA-FEIRA

*Eu vou tocar minha viola
Eu sou um negro cantador
O negro canta, deita e rola
Lá na senzala do Senhor
Dança aí, negro nagô (4x)*

Oh oh oh

Tem que acabar com essa história

De negro ser inferior

O negro é gente e quer escola

Quer dançar samba e ser doutor

Dança aí, negro nagô (4x)

Oh oh oh

O negro mora em palafita

Não é culpa dele, não senhor

A culpa é da abolição

Que veio e não o libertou

Dança aí, negro nagô (4x)

Oh oh oh

Vou botar fogo no engenho

Aonde o negro apanhou

O negro é gente como outro

Quer ter carinho e ter amor

Dança aí, negro nagô (4x)

Oh oh oh

Pastoral da Juventude

SOCIALIZAÇÃO EM PLENÁRIA DAS VIVÊNCIAS EM MURIAÉ (MG)

VIVÊNCIAS NO PERÍODO DA MANHÃ



GRUPO 01

SÍTIO VISTA ALEGRE EM BARÃO DE MONTE ALTO

O grupo teve a bela experiência de visitar a propriedade da Dona Regina e do Seu Luiz. Chegamos à propriedade e fomos bem recepcionados/os com uma bela mesa com produtos da Agricultura Familiar, produzidos pela família. A Regina tem a sua pequena agroindústria onde realiza o processamento dos produtos para venda na merenda escolar do PNAE e também para comercialização nas feiras locais, assim ela explicou cada produto e a maioria conta com ingredientes da propriedade, trazendo a riqueza que eles têm. Depois lanchamos e conversamos sobre a sua experiência na produção e na comercialização para o PNAE, Regina contou um pouco da história, dos avanços e desafios e o que a família conquistou a partir da renda pela comercialização.

Em seguida Regina mostrou o local de ampliação da produção das quitandas, um espaço que está sendo construído utilizando recursos do PRONAF para a sua conclusão, apresentou algumas questões como as adequações que precisam fazer para o selo orgânico e isso gerou vários debates, como as normas que, de certa forma, vem para restringir e muitas vezes não facilitam o processo de produção e beneficiamento para a comercialização no PNAE.

Após esse momento, conhecemos a área em que a família produz arroz agroecológico de três variedades: branco, vermelho e preto. A família explicou a logística da produção: eles fazem as mudas e tem toda uma dinâmica de alagar e secar a área do arroz para a produção e colheita. Depois foram para o espaço de processamento do arroz, que conta com uma máquina grande, Luiz ligou a máquina e mostrou como acontece todo o processo dos diferentes tipos de arroz.

Só agradecer, em nome da Dona Regina que está aqui presente, à família que nos acolheu tão bem e parabenizar pela bela experiência.

Foi uma experiência maravilhosa e ali fez a gente lembrar da nossa experiência, da nossa infância, o quanto que a gente produzia no nosso território, como o farinhada trouxe muito bem a questão do arroz. Então a gente vê o quanto que isso é rico e quanto aquela família faz com o arroz e as quitandas.

[...] os negros e negras que vieram trazidos para trabalhar e construir esse Brasil nosso, o quanto de riqueza que eles trouxe nos seus cabelos e sua cultura, o quanto tem sido importante da gente ver essa diversidade, porque a variedade que a gente tem no Brasil é inclusão do povo preto.

Isso fez lembrar nossa infância, nossos mais velhos, os nossos tios plantando e colhendo arroz, foi muito especial, traz uma força e uma energia de falar: tem jeito ainda, a gente pode voltar às nossas práticas que a modernidade vem tirando da gente. É só agradecer pois a experiência foi maravilhosa, estou saindo daqui reenergizada para continuar lutando para alcançar as Políticas Públicas que é direito nosso e dever do Estado garantir.

DONA REGINA:

Foi uma felicidade enorme receber a turma lá em casa, poder partilhar a nossa experiência lá, de plantar o arroz, colher, de poder fazer alguns produtos com o arroz e trocar experiências, muitas coisas elas/es levaram de experiência e a gente pode compartilhar as nossas também. Fiquei muito feliz de, entre várias famílias e cooperados da COPAF, a gente ter sido escolhido para poder estar recebendo vocês, isso foi muito bom e agradeço vocês, gratidão à todas/os.



GRUPO 02

RANCHO SANTO ANTÔNIO DAS PALMEIRAS EM LARANJAL



Boa tarde à todas/os! Vou começar o nosso debate falando que “sem feminismo, não há agroecologia!”. Na nossa experiência fomos bem recebidos pelo Mateus na experiência, mas eu como mulher estou arrasada. O plantio dele é lindo, o sonho é dele, tem o eu, mas faltou o nós. É muito bonita a experiência de um único homem, mas faltou o nós, faltou o feminismo e não me representou aquela experiência. Eu saí de lá abalada, pensei que nem existia mais isso, a experiência do mateus é um sonho dele, mas tem outras pessoas que podiam juntar com o sonho dele, porque é muita terra, muito plantio, mas não existe o nós.

Boa tarde à todas/os! A experiência do Mateus para mim foi um diferencial muito grande, porque estamos acostumadas na nossa região, com a pessoa ser proprietária do seu pedacinho de terra, o arrendamento é muito raro e a experiência do Mateus é um arrendamento.

Muito interessante no sentido de que é um jovem, que não tinha ligação com a terra e se empenhou para fazer, vejo que ele tem muita dificuldade ele é sozinho para produzir. É bom ver a experiência do jovem, que mesmo com os desafios se mantém na roça, querendo produzir e diversificar, pois hoje os jovens estão indo para a cidade.

Foi interessante essa visita em que aconteceu uma troca importante, o Mateus tem um problema com formiga bem intenso e relatou que a única coisa em que ele usa agrotóxico é para matar as formigas. Quando ele falou isso, já gerou toda uma conversa em que as mulheres sugeriram receitas naturais para controlar as formigas, então foi interessante as pessoas sugerirem alternativas para ele que vem de um contexto diferente, de ser um neo rural, uma pessoa iniciando a prática no campo.



GRUPO 03

COOPAF - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA

A experiência da COOPAF tem uma forte liderança feminina que é a Adriana, percebemos que ela é realmente quem dirige essa cooperativa, ficamos muito encantadas com toda a recepção, com todo o acolhimento, comemos muito e foi muito calorosa a acolhida.

A Adriana começou contando um pouco da história da cooperativa, que começa como uma associação local, depois como uma associação regional e intermunicipal no ano de 2006, quando começa a vender para o PAA com o CONAB. Em 2010 surge a necessidade da criação da cooperativa para poder articular melhor a produção e a comercialização, mas só se torna uma cooperativa em 2012.

A cooperativa articula uma grande rede de apoio no território e tem seu funcionamento na sede do sindicato. Em 2015 começa a ter como a sua principal atividade econômica o PNAE e começou a se expandir e articular muito mais a sua rede de apoio e colaboração.

No ano passado teve um grande avanço que foi a mudança da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para uma sede própria, um galpão alugado de 100m² reformado a partir de um recurso das/os próprias/os cooperados, que decidem doar o recurso que seria dividido entre elas/es para a cooperativa, e estruturam o galpão transformando-o em uma loja agropecuária e em um espaço para receber as mercadorias.

A cooperativa conta também com infraestrutura para comercialização, como caminhão, kombi, caminhonetes e três câmaras frias para o armazenamento da produção, que conta com sete linhas de produtos: as polpas de frutas, os laticínios, as hortaliças, as frutas, a panificação, os grãos secos e as raízes. Hoje a cooperativa está organizada em 131 cooperados em 16 municípios da região.



Foram feitas leituras políticas interessantes como os avanços de ser ou não cooperativa e sobre o que significa estar articulado nessa grande rede no território. Aconteceu um cochicho no final da roda de conversa, que foi muito produtiva e propositiva, foi um aprendizado para todo mundo e muito interessante. As pessoas se reuniram em pequenos grupos de três pessoas e cada grupo fez um cochicho para dizer o que leva daquele território mas também o que deixava para a experiência da cooperativa. Dessa dinâmica saíram as seguintes questões:

O PNAE como segurança para as famílias cooperadas, porque é uma renda direta garantida pelo acesso através da cooperativa;

O retorno de agricultoras/es mais jovens para esse processo produtivo e isso é importante para a dinâmica de sucessão rural, porque o campo está envelhecendo e isso inclusive é uma discussão no movimento sindical rural e de outras organizações que atuam junto ao campesinato;

A autonomia das mulheres foi colocada em evidência nesse processo, embora a cooperativa tenha ainda um número menor de mulheres cooperadas, mas as mulheres também estão no PNAE e essa participação tem promovido a autonomia;

Organização social e política: o processo histórico de organização das comunidades a partir dos sindicatos deu sustentação para que hoje a cooperativa esteja articulada e organizada, o que reforça o que vimos ontem na pesquisa-ação, sobre como esse processo de organização política das comunidades fortalecem outros processos, como os econômicos.

Cooperativa como inspiração e coragem para enfrentar, pois nos territórios em que atuamos se tem uma temerosidade em falar sobre cooperativismo, pela insegurança que ainda existe. Foram compartilhadas experiências de cooperativas que não deram certo e fizemos uma avaliação de que muitas vezes as cooperativas são montadas apenas para fins econômicos, sem que tenha essa organicidade que presenciamos na COPAF;

Processos formativos e inúmeras parcerias como ponto positivo para o andamento da COPAF: parceria com Unicafe, CTA, Sindicato, EMATER/MG, NEA. Esses apoios fortalecem os cooperados e os processos de comercialização;

Importância de perseverar no processo de transição agroecológica para que se tenha sistemas alimentares mais sustentáveis.

O Reinvestimento que houve na cooperativa 2021 é resultado de uma sobre de 800 mil, que poderia ser distribuída para os cooperados, mas que em assembleia decidiu-se reinvestir na cooperativa. Em 2021 o valor de comercialização foi mais de 3 milhões e isso aconteceu também porque em 2020 não foi feita a chamada do PNAE e esse recurso foi reprogramado para o ano seguinte, a partir da mobilização da cooperativa junto às prefeituras.

ADRIANA, COOPAF:

Para nós é muito importante enquanto cooperativa essas trocas, porque na nossa caminhada o aprendizado é mútuo, então conhecendo outras realidades, outras cooperativas e formatos a gente vai construindo a nossa história. Essa troca vai se fortalecendo, gratidão!

GRUPO 04

ESCOLA MUNICIPAL IONYR BASTOS DIAS

Trouxemos algumas imagens porque ficamos bem impactadas/os com o que vimos, com a experiência. A primeira imagem é a imagem que primeiro chocou positivamente ao entrar na escola, que é a imagem da cozinha, toda aberta, muito limpa, organizada, muito bem equipada. Ontem foi tratada a importância de equipar as cozinhas, de ressignificar esses espaços e hoje viram essa realidade, o que chamou a atenção.

Na sequência temos a imagem de 04 mulheres: diretora, amiga da escola - que já teve filhos, netos e bisnetos na escola e atualmente ajuda na cozinha - , uma mãe com 2 filhas na escola - que fez um discurso muito forte, sobre a importância da escola na vida das filhas, como a alimentação das filhas mudou a partir da escola - e a nutricionista da escola. A diretora e a nutricionista falaram sobre a importância da educação no processo de alimentação alimentar, porque elas oferecem mesmo que a criança não queira e vão ofertando continuamente até que a criança começa a se adaptar e passa a consumir os vegetais.

A próxima imagem é da diretora da escola, que percebemos muito empolgada com todo o processo de construção da alimentação escolar, ela relatou detalhadamente como é a dinâmica alimentar das diferentes turmas/turnos. Observamos que as crianças sentiam fome no início das aulas e começaram a fornecer alimentação antes do início das aulas.

Esta imagem é da máquina de descascar laranja e chama atenção, que é algo antigo e ficou no esquecimento, então trouxemos essa imagem porque as laranjas são todas servidas descascadas.

Outro ponto que observamos foi a participação das merendeiras/auxiliares no processo, a forma como elas têm autonomia, a coordenadora da creche é da comunidade e muito envolvida com o processo. Destacamos a importância das hortas escolares como um processo educativo e elas já estão com um projeto para implantar na escola.

Já em outra imagem, é mostrada a forma como a salada é servida para as crianças, com muita cor no prato, elas já começam a ter contato desde a escola com a alimentação saudável, colorida e muito nutritiva. Saímos de lá bem encantadas.



Observou-se a questão da oferta de comida à vontade para as crianças, conforme necessidade de cada uma, o que faz com que elas não fiquem ansiosas para encher o prato e evita o desperdício. Além disso, observamos o armazenamento, pois a escola conta com bastante espaço para armazenar os alimentos com geladeiras e freezers disponíveis.

Em relação a alimentação que é recebida da COOPAF, os alimentos que sobram e vão perder, as crianças levam pra casa, então não há desperdício. A entrega das folhosas pela cooperativa é feita separadamente, junto com laticínios, para chegarem bem, novas, sem estarem murchas.

A escola é autogestionada por mulheres da comunidade, trabalhadoras e colaboradoras, o que garante o cuidado com diversos processos e uma boa infraestrutura. Percebemos uma continuidade no trabalho das mulheres que estão há anos, o que garante um trabalho com as políticas com muito mais exercício do “ir fazendo”.

Nesse processo da educação com a alimentação saudável no centro com a oferta permanente, a escola se reinventa e experimenta na cozinha totalmente aberta, de vidro com as duas saídas para os dois salões de refeição da creche e da escola.

Conversamos também sobre o valor do fundo para a política do PNAE, o município atinge 55% da compra da agricultura familiar,

contabilizando 03 (três) milhões de reais anuais, sendo 01(um) milhão do fundo para cerca de 10 mil crianças, sendo R\$1,63 por criança por dia. Os outros 02 (dois) milhões é recurso do Estado e da prefeitura. A escola visitada tem 300 alunas/os.

A escola fica em dois bairros, Padre Tiago e Vale Verde, que há 30 anos foram construídos a partir do trabalho de um padre holandês, que criou o projeto de casa própria, onde pegavam as posses das casas e dividiam, e a pessoa que adquiria a sua casa ajudava a construir as outras, trabalhando em mutirão para construção. Então é um bairro com característica muito carente, então a escola neste modelo é fundamental para este contexto. A questão do bairro ficou muito forte, porque vimos a relação solidária da senhora colaboradora da escola com a história da construção do território.

Quando chegamos na escola, o coletivo que nos recebe é de atores do PNAE: agricultores, direção da escola, Secretaria Municipal e as fazedoras. Tem integração racial no processo, então não é só um discurso baseado na importância de uma alimentação de qualidade, é um discurso que conecta atores de um programa que brigamos tantos anos e que ali dá para ver ao chegar.

O programa se conclui na medida em que não é só a fala, tem dinheiro empregado para a execução, então é integrada a possibilidade de um modelo de desenvolvimento que valoriza a alimentação em princípio, mas que tem na sua conexão uma valorização do desenvolvimento municipal ao conectar agricultoras/es com o processo burocrático de construção de uma chamada e com uma nutricionista que flexibiliza as trocas de produtos no cardápio.

Percebemos que a escola é uma escola modelo, mas as profissionais garantiram que todas as escolas passam pelo mesmo processo. Esse processo acontece a partir do diálogo com os gestores e secretarias, então o diálogo de troca de produtos não é feito de forma agressiva, mas sim a partir de conversas resolutivas. A relação com as escolas e as superintendências tem dado certo e tem conseguido avançar diante aos desafios que chegam.





TRABALHO EM GRUPOS

QUESTÃO GERADORA:
COMO COMUNICAMOS OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA-AÇÃO
E COMO ATUAMOS ENQUANTO REDE PARA FORTALECER AS
EXPERIÊNCIAS E AVANÇAR NO ACESSO DA AGRICULTURA
FAMILIAR AO PNAE?

*Peneirei fubá, fubá caiu
Eu tornei peneirar fubá, subiu
Ai ai ai foi ela que me deixou
Ai ai ai porque não me tem amor*
Canção Popular cantada por Tião Farinhada

SOCIALIZAÇÃO DOS TRABALHOS EM GRUPO

GRUPO 01

MEDIAÇÃO: MIRIAM

RELATO: FRANCIELLE CARDOSO

A pergunta tinha três vieses estratégicos, e a gente conversou de forma que uma foi contemplando a outra. A questão da comunicação foi algo importante, trazendo quais são as estratégias para essa comunicação, tanto para dentro – nas redes com os agricultores, dentro das organizações – mas também para fora, como a gente consegue, a partir dessa comunicação, trazer um pouco dessas experiências exitosas sistematizadas. Surgiram ideias de, além dos materiais já construídos, fazer um vídeo que contemple, com o objetivo de transmitir mais informações.



Questões que surgiram no grupo:

Premiação das escolas, que hoje já conseguem cumprir os 30% do PNAE, a ideia é que essa premiação venha a partir das prefeituras, como forma de fortalecer as experiências exitosas e mostrar o trabalho que vem sendo realizado.

Incidências nos conselhos, como estratégia de fortalecer e avançar no PNAE, como que os agricultores e os pais conseguem estar inseridos nos conselhos, principalmente o CAE, para além de contribuir, fazer a incidência de fiscalizar, de solicitar que os alimentos sejam inseridos.

As assembleias nas câmaras municipais como uma maneira para trazer a discussão do PNAE como uma agenda do município. Fazer a incidência na câmara municipal e construir um dia específico no ano para debater sobre o PNAE dentro do município.

Realizar a atualização dos valores dos produtos, além de estratégias para a valorização dos produtos, considerando a logística de transporte.

Fortalecer o envolvimento e valorizar as cantineiras foi um consenso no grupo, trazendo-as como uma das protagonistas do processo, ouvindo-as e realizando processos de formação, como exemplo discutiram sobre o fornecimento de instrumentos que facilitem o trabalho - como a cata do feijão prévia, o pré-processamento das frutas e verduras - contribuindo para não gerar sobrecarga de trabalho para elas.

Fortalecer a replicação das experiências inovadoras.

Fortalecer a participação das famílias nos CAEs, como trabalhar o envolvimento dos pais, dos atores do município.

Incidência nos espaços públicos.

Subsídio para agricultura familiar, que está vinculada com a atualização dos valores, mas além disso, é necessário dar subsídios para que as/os agricultoras/es possam ter condições de produzir e comercializar.

O intercâmbio entre as experiências foi algo importante trazido a partir das experiências que tivemos, pois cada um e cada uma que está saindo hoje, está saindo com algo para levar para sua região, para o seu município e é algo que vai fortalecendo as ações em rede.



GRUPO 02

MEDIAÇÃO: LEANDRO

RELATO: IURI

Questões que surgiram no grupo:

Importância do seminário, dos vídeos, sentimos falta das Instalações Artístico-Pedagógicas (IAPs). Elogiamos o formato híbrido do evento, porque garante a participação daquelas/es que não puderam comparecer presencialmente, foi um espaço muito legal de trocas de experiências, tanto práticas, quanto as experiências nacionais de vários lugares do país.

O que fazer com a sistematização das anotações das atividades que realizamos no seminário? Proposta de criar uma comissão para incluir as sistematizações em um documento mais formal.

Simplificação do PNAE como estratégia para articular a agroecologia com o PNAE

Debate político sobre a legislação que rege a política.

A cooperação entre as organizações, com a ajuda daquelas organizações que já tem uma certa experiência com o programa com instituições que estão querendo se aproximar.

Formação de grupos de agricultoras/es e associações sobre o funcionamento do PNAE: como as compras são feitas, a necessidade de documentação, entre outras coisas.

Estratégias de comunicação como produção de cartilhas, fortalecimento dos conselhos e o potencial do observatório da alimentação escolar para fortalecer a relação entre PNAE e agroecologia e agricultura familiar agroecológica.

MEDIAÇÃO: FRANZÉ
RELATO: LEONARDO

A primeira questão é como comunicamos, é preciso ter clareza para quem vamos comunicar, ao chegarmos nos nossos territórios, precisamos levar essa discussão para dentro das organizações e definir isso.

Depois temos que definir as ferramentas, o que vamos utilizar nesse momento? É vídeo, debates coletivos, podcast?

88

Como atuarmos: pressionar o poder público e fazer com que essa pauta seja colocada nas discussões, no momento da execução do PNAE, por exemplo.

Inserir essas discussões nos nossos projetos de atuação, como dinamizamos os projetos inserindo essa pauta.

Uma questão que foi discutida dentro do ponto sobre a forma de se comunicar, a gente apontou a importância das crianças e dos adolescentes no debate sobre alimentação escolar, como politizamos o ato de alimentar nas escolas. Trouxemos esses sujeitos políticos, as crianças e os adolescentes dentro das escolas.

Destacou-se a importância de como tratamos a aprendizagem na pesquisa-ação para as organizações que foram pesquisadas, e nessa direção conversamos sobre a importância de trabalhar como esses desafios vão compor a agenda dessas organizações. Que nessas devolutivas para as experiências apareçam os desafios como elementos para serem inseridos nos projetos de ação dessas organizações, para superá-los.

A importância de divulgar nacionalmente a experiência da escola e da cooperativa que visitamos, valorizando esses esforços da sistematização e da organização desse seminário e de quem está próximo a essa experiência. Construir também, a partir da troca que tivemos, um passo-a-passo do processo de encontrar um caminho de acessibilidade do PNAE, um caminho oficial e a partir das organizações sociais.

Como encaminhamento, convocar uma conversa com a CNAPO para discutir como vamos, independentemente das certificações, emergencialmente incluir os produtos das comunidades tradicionais, da reforma agrária, dos indígenas, dos quilombolas na merenda escolar agora.

GRUPO 04

MEDIAÇÃO: LEONEL

RELATO: LINDOMAR

Apontamentos a partir da pergunta geradora:

Como comunicamos os benefícios do PNAE: a partir de boletins e jornais, que podem ser desenvolvidos pelo estado, município ou regional onde está sendo desenvolvido o PNAE pela organização, como forma de comunicar.

Usar todos os espaços formativos que todas as organizações e os atores envolvidos no processo do PNAE estejam, que eles apresentem o PNAE como uma política importante no contexto da agricultura familiar e da agroecologia;

Pautar o PNAE, ou seja, uma forma de comunicação é pautar o programa sempre, manter o programa vivo no debate.

A formação das nutricionistas e preparadoras de alimentos é uma forma de comunicação do PNAE, se as nutricionistas e as pessoas que preparam o alimento na escola estiverem informadas, fortalecem a comunicação.

Transformar as experiências em ações, que essas experiências sejam ações desenvolvidas no território e na região.

Compartilhar as experiências e ideias com as outras regiões, pois algumas vezes uma região desenvolve uma experiência riquíssima mas uma região muito próxima não conhece a experiência desenvolvida ali. Então essa é uma das formas de comunicar o PNAE.

Organizar os coletivos que já desenvolvem as atividades para fazer a atuação do PNAE.

Política regional, os atores envolvidos regionalmente no PNAE tem que estar no debate cotidiano dessa política e construção política regional.

Construir uma cooperação em rede entre as organizações, que desenvolvamos a cooperação para fortalecer a rede e consequentemente o PNAE, a política, o alimento saudável e a agroecologia.

Organizar as cooperativas e as associações, para o PNAE mas para os enfrentamentos, pois sabemos que é uma política que fortalece a agricultura familiar, mas que existem os contrários. Se as organizações não estiverem fortalecidas, temos problemas.

Unir as organizações a nível nacional para fortalecer as políticas em um amplo debate.

Buscar um amplo diálogo para possibilitar as mudanças, com FNDE ou outros órgãos maiores, para fazermos pequenas mudanças que fortaleçam a agricultura familiar.

Aperfeiçoar e trabalhar as estratégias de comunicação digital do PNAE, para nos protegemos das fakenews.



O grupo começou com questões mais específicas para depois entrar em questões mais gerais. Quem comunica tem a sua intenção alvo, então a gente tem que dar foco, e a gente recupera esse debate para afirmar que temos um instrumento de política pública que é o PNAE, isso é o foco, e com a pesquisa-ação surgiram alguns benefícios que vislumbram a execução dessa política. Então como é que a gente comunica exitos?

O processo da pesquisa-ação desde a sua construção, já foi em rede e pressupunha-se que todos os atores – desde quem produz até quem consome – seriam protagonistas desse processo, a partir desse protagonismo os atores, em rede, possibilitam o diálogo da execução da política.

Então nesse sentido, a comunicação tem que acontecer em ações que a gente construiu nesse coletivo da pesquisa-ação, e que esse final – com o seminário – nos deu alguns passos a mais para a compreensão disso, porque aqui vamos nivelar algumas narrativas que devem passar por todo esse mecanismo de atores, para que, em diálogos, construam as possibilidades para efetivarem a política.



DEBATE EM PLENÁRIA

DANIELLE WAGNER,
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA - ABA

Discutimos ontem e hoje sobre o Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) e o III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (III SNEA²) - , e ficou muito claro que o PNAE é uma ferramenta e uma oportunidade de educação em agroecologia, então fica o convite para que vocês possam compartilhar essas experiências no SNEA, que vai acontecer esse ano, de 4 a 7 de Julho, no município de Castanhal, no Pará, no IFPA.

O SNEA é um espaço de troca de experiências para pensarmos estratégias de ensino, pesquisa e extensão em agroecologia. Esse ano esperamos que a educação básica venha forte no evento, e a alimentação escolar, dentro do debate sobre agroecologia, aparece como uma oportunidade para construirmos a agroecologia desde as infâncias.

Temos também o CBA no Rio de Janeiro, de 20 a 23 de novembro, vamos encontrar para conversar e pensar cada vez mais em como expandir e incidir politicamente.

Outro ponto, sem esquecer de onde estou vindo, que é a região Amazônica, é pensar em estratégias para que esse processo de intercâmbio, que acontece aqui hoje, continue acontecendo e que a gente se aproxime dos territórios amazônicos de uma forma que aqueles contextos desafiadores possam nos inspirar em como incidir politicamente.

Um encaminhamento importante é que as representações da CNAPO possam levar esta discussão importante da inserção dos produtos agroecológicos. Sugestões: construir uma carta ou alguma forma de comunicação daqui.

² <https://www.snea.aba-agroecologia.org.br/>.



AMARRAÇÕES E SÍNTESE DO SEMINÁRIO - *PERSPECTIVAS FUTURAS*

VANESSA SCHOTTZ, FBSSAN:

Gostaria de ressaltar que temos um GT de metodologia, porque a pesquisa-ação foi feita com muitos atores, todo mundo que construiu nos territórios, são pesquisadoras/es da pesquisa. No seminário inicial constituiu-se um grupo de metodologia para acompanhar esse processo, composto pela Flávia e Morgana representando a ANA, e a Vanessa e Ju pelo FBSSAN.

Também temos uma comissão organizadora do evento composta pelo pessoal do CTA, Livia e Luísa.

Realizamos uma conversa ao longo do encontro e na nossa visão a partir do que foi trazido aqui, conseguimos alcançar os objetivos da pesquisa-ação.

Já existem uma série de produtos da pesquisa-ação e foram mencionados ao longo do encontro, como o vídeo que fizemos da experiência de Morros durante a pandemia e o vídeo “AGRICULTURA FAMILIAR É SAÚDE NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR”³, um vídeo curto feito também no contexto da pandemia, que mostra como deixar de comprar da agricultura familiar é perder duas vezes, por um lado é empobrecer a alimentação na escola em um momento em que vivenciamos uma situação de grande insegurança alimentar, e por outro lado o quanto se deixa de fortalecer e investir na agricultura e produção local. É muito importante que quem não conhece, conheça e possa trabalhar com eles no seu dia-a-dia a partir da noção, discutida no seminário, de que a comunicação faz parte do nosso projeto político, de comunicar os benefícios da agroecologia e da agricultura familiar para a alimentação escolar no contexto do PNAE.

Vamos pensar nas dificuldades e desafios, mas também nas nossas próprias experiências, naquilo de inovador que está sendo construído nos territórios para trocarmos entre nós. Esse foi um dos objetivos do seminário e da pesquisa-ação, que pudéssemos identificar, nas nossas experiências, as potências e a forma como temos enfrentado todas as dificuldades para implementar uma política tão potente e importante, mas que esbarra em um conjunto de políticas públicas de um estado brasileiro que por muitas décadas priorizou o processo de compras dos grandes. A ideia é que essas experiências fossem inspiradoras, tanto na pesquisa-ação como no seminário e vimos isso ao longo desses processos, falas inspiradoras de estratégias locais que podem acontecer em outros contextos.

³ <https://www.youtube.com/watch?v=Lbo1hAZXuRw>.

Além desses vídeos, tem o Agroecologia em Rede (AeR), todas as experiências que apresentamos também estão no AeR, além de outras informações, inclusive numéricas, desde quanto a experiência vende para o PNAE, quais os tipos de produtos, os desafios, etc. Já fizemos dois boletins também, com cenário mais geral das experiências e existe a possibilidade de fazer um último boletim com as inovações que identificamos. Não deixem de acessar o AeR e as experiências sistematizadas lá.

Todo esse processo do encontro contou com um coletivo da comunicação e todas/os nós somos também comunicadoras/es, então temos uma memória viva desse seminário, por exemplo: na exibição do seminário pelo Youtube tivemos mais de 50 comentários de pessoas assistindo. Esses vídeos podem nos ajudar nas estratégias de comunicação e precisamos pensar como a gente fortalece o acesso a esses materiais e precisamos contar com vocês para a divulgação.

Estamos produzindo o relatório final da pesquisa e quase terminando. A ideia é que não seja longo, que seja uma síntese da análise. Esse seminário foi muito importante, pois um dos pontos fundamentais da pesquisa-ação é que a análise precisa ser coletiva, com as/os sujeitas/os do território. Então iremos apresentar o que foi levantado a partir dessas/es sujeitas/os e a análise conjunta realizada irá compor o relatório final, que vai trazer a metodologia, a síntese e um conjunto de propostas do que surgiu das experiências e desses dois dias de debates. A proposta é a de divulgar amplamente este relatório, mas além disso, fazer uma mesa de diálogo com o poder público e os órgãos de Governo.



Estamos em um momento de retomada do sistema de participação social, ao mesmo tempo em que todos os ministérios têm uma secretaria de participação social, conselhos importantes para nós estão voltando a funcionar, como o CONSEA que já foi reinstalado e convocou a Conferência Nacional de SAN, para dezembro de 2023. Quando há a convocação da conferência nacional, existe também a convocação das conferências estaduais e municipais. É importante ter em mente que, o que produzimos aqui – propostas para implementação no nível municipal, estadual e federal –, precisa chegar nestas conferências. Depois iremos circular por e-mail a agenda das conferências – conferência nacional e os prazos para as conferências municipais e estaduais –, então é muito importante ficarmos atentas/os nessas agendas nos territórios, para as influenciarmos e pressionarmos os municípios para a realização dessas conferências.

O CONSEA já teve a sua primeira plenária, no final de fevereiro de 2023, e já se formaram as comissões permanentes, temos a ANA e o Fórum com representação no CONSEA, além de outras organizações do campo da agroecologia. A ideia é incluir um ponto de pauta na próxima plenária, para apresentarmos os resultados da pesquisa-ação e discutirmos as propostas. Atualmente existe a Comissão de Abastecimento no conselho, onde o PNAE e a agroecologia foram escolhidos como pautas prioritárias para essa gestão, então precisamos nos comprometer com a incidência nesse espaço, aqui temos conselheiros do CONSEA.

MARCOS GUARINO:

Sou prefeito de Muriaé e desejo tudo de bom para vocês, somos parceiros da agricultura familiar e o que precisar podem contar com a prefeitura e com a COPAF. Sucesso para vocês!

VANESSA SCHOTTZ, FBSSAN:

Já temos, entre nós, canais importantes em conselhos importantes e estratégicos no nível federal, estadual e municipal, isso significa que saímos daqui com o compromisso coletivo de levar o que construímos enquanto propostas, inovações e inspirações para estes espaços, para apresentar os debates, levar as propostas e fortalecer os conselhos.

O processo de conferência é muito importante e rico para levar as propostas da alimentação escolar. Algo que ficou muito evidente desde ontem é que temos um desafio grande que é desenvolver processos educativos, de educação alimentar e nutricional com os outros atores na alimentação escolar, hoje a experiência na escola mostrou o quanto isso pode ser rico. Então, ficamos com essa agenda para avançarmos no desenvolvimento de propostas educativas que vão na linha da educação popular, para cada vez mais nos aproximarmos das educadoras, sem esquecer do papel das merendeiras, das nutricionistas, o quanto podemos e devemos nos aproximar desses atores.

Os conteúdos que produzimos no encontro estão nas nossas redes, principalmente nas redes da ANA e do Observatório da Alimentação Escolar – vídeos, depoimentos –. Quando publicarmos o relatório, faremos uma divulgação ampla desse material final da pesquisa, mas também teremos o relatório final do seminário.

Uma proposta pensada foi a de pensar uma mesa no CBA para apresentar os resultados da pesquisa, convidando os gestores, para ser um momento de debate e publicização desses resultados. uma mesa desafios de processos de formação para alimentação escolar. ficamos com essa agenda para desenvolver propostas, dentro da educação popular, com os múltiplos agendas- merendeiras, nutris, etc.

Pensamos também em levar os produtos da pesquisa-ação para a rede do Observatório da Alimentação Escolar, ampliar o alcance da divulgação dos materiais. Além disso, acolhemos uma sugestão trazida durante o seminário e iremos pensar de que forma podemos divulgar as experiências de Muriaé, a COPAF e a Escola, a partir dos produtos da pesquisa-ação, para dar visibilidade para as experiências que a gente visitou no dia de hoje, com toda a importância que elas tem e do quanto elas nos inspiram e convergem com as outras experiências já sistematizadas.

Estamos muito felizes com a realização do seminário, com a oportunidade de poder ouvir outras experiências. Enquanto pesquisadora, é uma emoção muito grande estar trabalhando pesquisa-ação, porque ela transforma e fortalece os territórios, e que a gente continue porque a pesquisa-ação não termina. Percebemos que a própria pesquisa-ação ajudou em relação ao monitoramento da execução do PNAE nos nossos municípios e estados, e esse processo continua a partir dos territórios, para que possamos continuar fazendo a incidência política.

